



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS (MASTS)**

JOSIMAR DOS SANTOS

**FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS:
UM ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO,
BATURITÉ - CEARÁ**

REDENÇÃO/CE

2019

JOSIMAR DOS SANTOS

FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM
ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO, BATURITÉ -
CEARÁ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre.

Linha de Pesquisa: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos

REDENÇÃO/CE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Santos, Josimar Dos.

S233f

Formação, educação e práticas socioambientais sustentáveis: um estudo na comunidade quilombola da Serra do Evaristo, Baturité - Ceará / Josimar Dos Santos. - Redenção, 2019.
104f: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Acadêmico Em Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Professor Doutor Luís Tomas Domingos.

1. Identidade social - Brasil. 2. Educação. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Formação da Consciência. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 305.800981

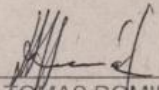
JOSIMAR DOS SANTOS

**FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO, BATURITÉ -CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

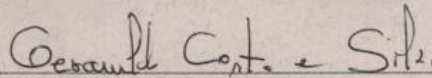
Aprovada em: 27/09/2019

BANCA EXAMINADORA



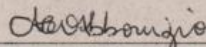
LUIS TOMAS DOMINGOS

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Presidente) – ORIENTADOR



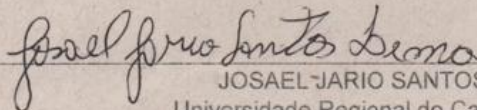
GERANILDE COSTA E SILVA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Examinador Interno)



ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA ABBONIZIO

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Examinador Externo ao Programa)



JOSAEI-JARIO SANTOS LIMA

Universidade Regional do Cariri - URCA
(URCA - Examinador Externo à Instituição)

DEDICATÓRIA

Às mulheres e aos homens revolucionários que lutam por uma educação transformadora, humana e livre.

Às minhas filhas, Francisca Iara Ramos Santos e Gislene Maria da Silva.

Aos meus pais, Moacir dos Santos e Elza de Oliveira Santos.

Aos meus irmãos e irmãs, Gilson dos Santos, Rafael dos Santos, Rodrigo dos Santos, Gislaine dos Santos e Kelle dos Santos.

À minha companheira de jornada, Maria Rosilene Ramos.

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? "Lavar as mãos" em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Aos membros da comunidade quilombola da Serra do Evaristo, que me receberam com os braços abertos e, principalmente, dispuseram-se de suas memórias de lutas e resistências para a construção desta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor. Doutor Luís Tomás Domingos, que esteve ao meu lado e proferiu a mim palavras de incentivo e lucidez em momentos de angústia, proporcionando-me o apoio necessário para o andamento dos trabalhos.

Ao Professor Doutor Jean Maccolle, por quem tenho um grande respeito, admiração, por ter me oferecido a primeira oportunidade como docente, acreditando que eu era capaz. Meu muito obrigado!

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me nesse processo para a obtenção de grau de mestre.

Aos amigos e amigas que passaram por minha vida e contribuíram para que eu me tornasse um ser humano melhor. Meu muito obrigado a todos e todas!

Aos amigos Alysson, Socorro e Luana, pela cumplicidade e a amizade que desenvolvemos durante o curso. Vocês são especiais!

Aos meus amigos e amigas de mestrado: Sara Jane Angerline, Alysson, Arlindo, Luana, Mauricio, Giencarlos, Charliane, Socorro Lopes, Anderson, Dorinha, Ariadne e Bruna Angélica, os quais sempre compartilharam esse sonho, agora realizado.

À CAPES/FUNACP e à UNILAB, pelo valioso auxílio durante a realização deste estudo.

Aos professores do MASTS, os quais tenho uma grande admiração e respeito.

Muito obrigado a todas e a todos!

RESUMO

O presente estudo busca analisar como as relações sociais, históricas e culturais da comunidade quilombola da Serra do Evaristo têm se estabelecido a partir das ações de formação e educação socioambientais sustentáveis. Promovidas por meio do seu complexo educacional, voltado à construção da consciência e práticas sociais integradas aos seus costumes e tradições consolidadas em sua coletividade. A pesquisa destaca também elementos da formação geográfica, geológica e climática da região do Maciço de Baturité/CE, nas áreas de maior altitude como elemento essencial para compreendermos o processo de produção, degradação e formação da consciência e das práticas socioambientais sustentáveis. Dessa forma, a pesquisa nos fez identificar e compreender a complexidade das relações dos agentes envolvidos no processo de formação da consciência e das diversas estratégias de luta promovidas pela associação comunitária para fortalecer a identidade de pertencimento ao território.

Palavras-chave: Identidade. Educação. Desenvolvimento Sustentável. Formação da Consciência.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze how the social, historical and cultural relations of the quilombola community of Serra do Evaristo have been established through sustainable social and environmental education and training actions. Promoted through its educational complex, aimed at building awareness and social practices integrated with their customs and traditions consolidated in their collectivity. The research also highlights elements of the geographic, geological and climatic formation of the Massif region of Baturité / CE, in the higher altitude areas as an essential element to understand the process of production, degradation and formation of consciousness and sustainable social and environmental practices. Thus, the research made us identify and understand the complexity of the relationships of the agents involved in the process of consciousness formation and the various struggle strategies promoted by the community association to strengthen the identity of belonging to the territory

Keywords: Identity. Educational environment. Sustainable development. Formation of consciousness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da região do Maciço de Baturité com destaque para o município de Baturité indicando a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo.. Erro! Indicador não definido.	37
Figura 2 – Sede da fazenda Manos Kolping no município de Aracoiaba.....	41
Figura 3 – Repartição das serras úmidas, brejos de altitude do Nordeste brasileiro	43
Figura 4 – Clima do Brasil	44
Figura 5 – Plantação de bananeiras, ao fundo Igreja, palhoça, escola e ponto de cultura.....	46
Figura 6 – Imagem de Nossa senhora da Conceição e da Mãe Feliciano em posição de destaque e no altar entre o sacrário no lado direito temos Santo Antônio e do lado Esquerdo São Gonçalo.....	58
Figura 7 – Celebração campal da consciência negra.....	59
Figura 8 – Guardiões da Memória.....	60
Figura 9 – Museu comunitário da Serra do Evaristo.....	61
Figura 10 – Amostra das escavações do sítio arqueológico da Serra do Evaristo cedida ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.....	62
Figura 11 – 30 anos Kolping no Ceará	65
Figura 12 – Imagem utilizada para promover a comunidade nas redes sociais	67
Figura 13 – Celebração.....	68
Figura 14 – Imagem da casa Kolping	70
Figura 15 – Manifestação do dia 16 de maio de 2019.....	71
Figura 16 – Proficiência 5º ano Matemática e Língua Portuguesa 2018	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais
CEB	Conselho de Educação Básica
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DEM	Partido Democratas
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Escola Profissional
FMB	Faculdade do Maciço de Baturité
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDSA	Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Social e Combate à Fome
MP	Medida Provisória
OKB	Obra Kolping do Brasil
OKC	Obra Kolping do Ceará
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Ação
PT	Partido dos Trabalhadores
RTDI	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
SR	Superintendência Regional
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
TAC	Termo de Ajustamento e Conduta
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO	21
1.1 As políticas públicas de educação quilombola	26
1.2 Políticas públicas, currículo educacional e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola	28
1.3 Currículo e educação ambiental	35
2 UMA VISÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO	47
2.1 A fazenda Manos Kolping.....	40
2.2 A formação geológica e climática do Maciço de Baturité	42
2.3 A Serra do Evaristo: aspectos geográficos	45
2.4 A referência do ancestral e do ancião africano na construção do guardião da memória do Quilombo do Evaristo	50
2.5 Qual o papel do ancestral na cultura africana.....	51
2.6 A relação do ancião com o ancestral.....	52
2.7 De ancião a ancestral.....	56
2.8 O museu comunitário da serra do Evaristo	60
3. RECUOS E AVANÇOS NAS PRÁTICAS DA COMUNIDADE	63
3.1 Agentes externos obra Kolping	63
3.2 Poder público e a comunidade da Serra do Evaristo	71
3.3 A Secretaria de Educação e a Escola Osório Julião	73
3.4 Secretaria de Saúde e a comunidade quilombola.....	75
3.5 Renda e políticas públicas	75
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXO A	83
ANEXO B	84
ANEXO C	89
ANEXO D	92
ANEXO E	94
ANEXO F	95
ANEXO G	101
ANEXO H	102
ANEXO I	103

INTRODUÇÃO

Medidas preventivas podem ser realizadas no espaço educacional, através de discussões, debates e disciplinas que preparem os alunos para a tomada de decisões, contribuindo para a promoção da equidade entre o ser humano e a natureza, tendo em vista que o complexo educacional e cultural não pode ser unicamente um local de instrução, tendo que ser, também, um local onde se educa e socializa. É imprescindível educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva mais diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem (LEFF, 2001, p. 256).

A educação é, portanto, um componente essencial para a conscientização dos indivíduos. Ao envolver atividades de aprendizagem mais direcionadas para a resolução de problemas se contribui para o envolvimento mais ativo dos jovens, do sistema educativo e das experiências relativas ao meio ambiente. Possibilita a compreensão das relações entre os seres vivos e a natureza, bem como estimula o seu nível de consciencialização sobre questões e/ou problemas ambientais, além da participação nos processos de tomadas de decisão.

Dessa forma, a educação se configura como um elemento-chave para uma nova racionalidade ambiental. Prepara os cidadãos para as tomadas de decisões, bem como estimula o desenvolvimento de uma consciência ambiental e adoção de atitudes e valores que promovam o desenvolvimento sustentável e estimulem competências que perdurem de geração a geração. Para Leff (2001), é necessário que ocorram transformações conceituais, metodológicas e de valores para se interiorizar os desafios associados à promoção de um desenvolvimento sustentável.

Desse modo, a educação deve ser embutida de novas práticas pedagógicas, incorporando os valores ambientais e novos paradigmas do conhecimento na busca por uma sociedade sustentável (LEFF, 2001). Além disso, deve ser capaz de desenvolver capacidades, competências, atitudes e valores que possibilitem aos cidadãos a participação ativa nas decisões relacionadas com o meio ambiente (UNESCO; UNEP, 1978).

A promoção de uma educação ambiental pautada na conscientização do uso dos recursos naturais deve ser pensada ainda para o complexo educacional e cultural quilombola, tendo em vista que esse espaço promove a socialização dos indivíduos e contribui para a formação de cidadãos conscientes e preocupados com o meio ambiente e suas problemáticas (GADOTTI, 1998). Assim, a educação está direcionada para a resolução de problemas, numa

perspectiva educativa interdisciplinar, integrada na comunidade, com caráter permanente e voltada para o futuro.

No que se refere à comunidade quilombola da Serra do Evaristo, percebe-se uma relação complexa e múltipla sobre as problemáticas decorrentes da exploração e degradação ambiental.

Diante do supracitado, a escolha da comunidade quilombola da Serra do Evaristo em Baturité, como referência para esta pesquisa, deve-se aos seguintes fatores: 1) é uma das poucas comunidades a ser reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como área quilombola; 2) abriga o Eco-Museu Comunitário com as coleções arqueológicas recuperadas nas escavações de um sítio funerário existente no local; 3) está localizada em uma região de fácil acesso para a pesquisa e tem uma simbologia de resistência e luta no município de Baturité.

No que se refere às escavações do sítio funerário da comunidade, foram realizadas no ano de 2012 por meio de um Plano de Ação (PA), executado pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Ceará. Já as obras do Museu foram financiadas com recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o IPHAN e uma empresa privada. O espaço contém urnas funerárias, machadinhas de pedra polida, fragmentos cerâmicos, fusos e adornos, dentre outros inúmeros vestígios arqueológicos que compõem o acervo do museu.

Análises realizadas no crânio do esqueleto encontrado em uma urna funerária na comunidade quilombola possui idade radio carbônica de 670 ± 30 AP (Antes do Presente), ou seja, é aproximadamente do ano de 1300 da era cristã. Para se chegar a esse resultado, as amostras foram datadas pelo método do Carbono 14, no Laboratório Beta Analytic (EUA), por solicitação da superintendência do IPHAN Ceará. As ações realizadas na área pela instituição atendem às reivindicações da comunidade quilombola da Serra do Evaristo, certificada pela Fundação Palmares.

O complexo educacional e cultural da comunidade quilombola da Serra do Evaristo compreende a escola, o grupo de jovens, artesanato, dança de São Gonçalo, associação comunitária, grupo de capoeira, casa da semente, grupo de tambor, farmácia viva e o eco museu. Em sua maioria, são instituições sociais internas da comunidade, com exceção da escola, a qual é uma instituição pública municipal regida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). A inserção das instituições da comunidade nas políticas públicas governamentais contribui para a formação da consciência a partir do processo de ensino-aprendizagem, dentre as quais se incluem as ações socioambientais sustentáveis.

Desse modo, a presente pesquisa se fundamentou nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola”, a partir de 2011, ano em que a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) iniciou o processo de elaboração das diretrizes. De acordo com a cartilha¹ produzida pela CEB, o processo contou com representantes das comunidades quilombolas, educadores, pesquisadores, representantes de movimentos sociais dos setores do poder público para o desenvolvimento de uma Política Nacional do Meio Ambiente, além de planos de gerenciamento, como o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (que ainda conta com seus desdobramentos estaduais e municipais) e marcos regulatórios, como as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Todos esses textos tiveram participação de especialistas, de entidades representantes da sociedade civil, e não apenas do poder público para sua confecção, daí a sua representatividade e importância. No entanto, o Brasil ainda sofre com as influências de seu passado político. O ranço do clientelismo e da burocracia dos tempos da Ditadura Militar ainda impregna a máquina pública no país (JACOBI, 1999). Essa mentalidade ainda faz com que, apesar de os instrumentos regulatórios serem avançados, o gerenciamento do desenvolvimento do país não seja eficiente. Se por um lado acompanhamos os avanços legais internacionais, por outro, temos que lidar com a incapacidade ou falta de vontade política de fazer cumprir tais determinações legais.

As políticas ambientais nas últimas décadas avançaram significativamente, principalmente sob os aspectos legais e institucionais, em uma tendência à descentralização. Da mesma forma, na difusão da informação sobre os problemas ambientais e na construção da noção de desenvolvimento sustentável como recurso discursivo e político de conciliação dos conflitos entre meio ambiente e desenvolvimento (LIMA, 2011). Essa descentralização é muito importante para a eficiência das políticas públicas no desenvolvimento sustentável, pois quanto maior a proximidade entre os atores sociais, instituições privadas e cidadãos em geral, diretamente envolvidos com os problemas a serem gerenciados em sua região, e o poder público, maior será a transparência e eficiência do processo.

Segundo Jacobi (1999,), experiências de Poder Local bem-sucedida, principalmente por parte de administrações municipais, mostram que, existindo vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas pela adoção dos princípios de

¹Cartilha: “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola: algumas informações, CNE, Brasília – DF, 2011.

sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento deste trabalho contribui para compreender como se dá o processo da consciência ambiental na comunidade quilombola da Serra do Evaristo. Para subsidiar o desenvolvimento do estudo, uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foi realizada usando os seguintes descritores: comunidade quilombola, identidade e formação da consciência.

Os achados evidenciaram sete estudos, sendo seis dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Ao examinar os resumos verifiquei que a tese buscou compreender os conceitos de movimento social, sociedade civil, identidade, discurso e redes técnico-sociais, sobre como são produzidos grupos quilombolas como verdades que podem ser reconhecidas pelo Estado brasileiro de forma geral. Já as seis dissertações, foi encontrado a seguinte situação: uma dialoga sobre religião e ciência, fé e política, comunidade e território, territorialidade e etnicidade, em uma comunidade em Boa Vista; três analisam elementos responsáveis pelo processo de desenvolvimento de comunidades quilombolas em São Paulo; Outra enfatiza a importância da comunicação comunitária dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga, em Minas Gerais; e, por fim, a última analisa memória, identidade e políticas afirmativas, em uma escola baiana como local de mobilização e formação da consciência de identidade quilombola.

A pesquisa demonstra, portanto, a necessidade de se desenvolver mais estudos voltados às comunidades quilombolas, principalmente no que se refere à comunidade da Serra do Evaristo. Nesse sentido, considerando a importância deste trabalho para a valorização e conhecimento acerca da percepção da comunidade sobre o desenvolvimento sustentável, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, pois visa seguir os moldes orientados por Antônio Carlos Gil (2002), e explicar a intervenção do complexo educacional da comunidade nas práticas políticas do poder público e dos movimentos sociais na formação do indivíduo, e quais as relações antagônicas são perceptíveis nesse processo entre comunidade, governo e movimentos sociais.

Quanto aos procedimentos de investigação, o trabalho tem caráter de pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que foram analisados vídeos e documentos, tanto da comunidades quanto de órgãos públicos municipais, estaduais e federais que foram relevantes para a realização da presente pesquisa, bem como produções científicas que me permitiram conhecer e compreender como a comunidade quilombola da Serra do Evaristo vivencia a autonomia de seus membros na prática dialógica.

Assim, este estudo se orienta em três capítulos: No Capítulo 1 traçamos de forma sintética o processo de elaboração e implementação de políticas públicas ambientais, educacionais, de segurança e de organização territorial, resguardando direitos e garantias para as comunidades quilombolas, apontando as dificuldades e os desafios de sua implantação por meio de instituições públicas. No Capítulo 2, um levantamento das informações geográficas, geológicas, climáticas e uma breve reconstrução histórica e religiosa da trajetória da comunidade são realizados, demonstrando o aspecto que motivou o interesse em pesquisar a comunidade e suas práticas de formação e educação socioambientais sustentáveis. O Capítulo 3 destaca os principais agentes envolvidos na atuação sócio-histórico que contribuem para formação da consciência e na construção da cultura de preservação e valorização da comunidade para que possamos compreender como esse processo auxiliou nas práticas desenvolvidas na comunidade.

Nasci no dia 18 de Setembro de 1976, na cidade de Sorocaba, São Paulo. Fui criado no seio de uma família simples, cujos valores mais importantes ainda são a honestidade e o respeito à natureza. Sorocaba é uma cidade industrial dentre as mais ricas do Brasil, e que a partir dos anos de 1960 recebeu muitos imigrantes de todas as regiões do país, principalmente vindos do interior do Paraná, assim como a minha, em sua maioria eram famílias de trabalhadores rurais sem terra em busca de uma vida melhor.

Durante a minha infância, nos anos da década de 1980, era muito comum brincarmos na rua, a insegurança era menor do que vivemos nos dias atuais.

Sendo de uma família pobre, desde cedo tive que trabalhar, junto com os meus irmãos, para ajudar em casa. Eu, como o filho mais velho de seis, sendo quatro homens e duas mulheres, já no início da minha adolescência era responsável pelo trabalho doméstico e por cuidar dos meus irmãos.

Dos 13 aos 17 anos, sem qualificação e precisando de um emprego, submeti-me a todo tipo de “trabalho braçal”, principalmente na Construção Civil, catador de reciclagem e boia-fria. Durante esse período sempre estudei à noite, e, por não ter horário certo para sair do trabalho, perdia muitas aulas, o que me custou duas reprovações por faltas. No entanto, nunca desisti de estudar.

No final do ensino fundamental fui convidado a participar do grêmio estudantil, o que me aproximou dos movimentos sociais e sindicais. Em 1992 conheci o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ingressando definitivamente em 1994, com atuação em diversas atividades no setor de formação e na Escola Nacional Florestan Fernandes como coordenador pedagógico.

No ano de 1998, no curso de formação política básica para militantes sociais ofertados para jovens de todos os Estados brasileiros mais o Distrito Federal, conheci Helena, minha companheira, que é cearense de Baturité, do quilombo Serra do Evaristo. Com o nosso relacionamento, tranferi-me para o Ceará e no mesmo ano nos casamos e fomos morar no quilombo onde vivemos até o final do ano de 1999. Na época o acesso à comunidade era difícil e a militância no MST exigia viagens com frequência, o que nos levou a repensar a nossa moradia na comunidade.

Duas vezes ao ano, por um período de três meses, ausentava-me do estado do Ceará para coordenar o curso de formação política básica ofertado pela Escola Nacional em Caçador, Santa Catarina. Além da Atuação na Escola Nacional, também assumi a direção do setor de Direitos Humanos do MST, e de Formação Política no estado do Ceará.

No início do ano 2000 me afastei do movimento para ficar mais próximo da minha filha, que nascera no ano anterior. Nesse mesmo ano comecei a fazer o curso universitário de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), concluindo-o no final do ano de 2003. No ano seguinte já começando a lecionar no ensino médio na escola estadual Almir Pinto, no município de Aracoiaba-CE.

Alguns anos após a conclusão da licenciatura senti a necessidade de voltar a estudar e fiz um curso de pós-graduação *lato sensu* em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Faculdade Ateneu, em Fortaleza, e em Gestão Escolar, na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Sempre sonhei com o mestrado, fiz tentativas em algumas universidades, sempre ficando entre os classificáveis. Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) fiz por dois anos consecutivos a seleção para o Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS). Inicialmente, fiquei como primeiro suplente. No ano seguinte, em 2017, para a minha felicidade, consegui uma das vagas e ingresso no mestrado.

Aquele contexto histórico de vivência em movimentos populares me motivou a pesquisar sobre a comunidade da Serra do Evaristo e o processo de formação da consciência ambiental.

Na atualidade, o desenvolvimento das sociedades tem conduzindo a degradação do meio ambiente e ao esgotamento dos recursos naturais. Discussões em relação às medidas que podem ser realizadas para mitigar os efeitos do crescimento sobre os recursos vêm impulsionando uma tomada de consciência acerca do problema e das implantações de medidas legais de proteção e conservação do meio ambiente, através de políticas públicas como

resultado de lutas sociais desenvolvidas por movimentos populares organizados. Contudo, parece haver duas soluções: em curto prazo, medidas punitivas; e em longo prazo, medidas preventivas (educação).

2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

A Constituição Federal de 1988 apresenta como um de seus princípios fundamentais, especificamente no primeiro artigo, em um parágrafo único, “[...] que o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL,1988). Diante dessa circunstância, fica evidente a delegação de poder mediante transferência do voto popular. Sendo assim, no Brasil, os governantes, depois de eleitos, acabam se sentindo unguidos por uma força superior, “virando as costas” para as populações mais pobres e legislando para as classes dominantes.

Nesse contexto, compreende-se que mesmo o Estado sendo controlado pelas elites, as lutas populares organizadas pelos movimentos sociais e sindicais conseguem romper barreiras institucionais e, muitas vezes, emplacam leis que atendem às necessidades populares em diversos setores da sociedade no tempo e no espaço histórico. Nesta narrativa, afirma-se que, se os trabalhadores têm algum benefício, é por que lutaram para alcançarem, por isso vivem em constante luta para mantê-lo.

A legislação que atende às populações quilombolas está dentro dessa realidade de lutas e conquistas, tanto no reconhecimento das populações remanescentes de quilombos quanto de políticas públicas que atendam as mesmas. O termo quilombola surge como categoria jurídica usada no Brasil na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Porém, só no Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação e reconhecimento, bem como os procedimentos necessários a serem tomados para garantias das comunidades remanescentes de quilombos, como consta na publicação do artigo 1º e artigo 2º e seus receptivos incisos:

Art. 1º: Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos etno-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º: Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º: São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural

§ 3º: Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos,

sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003).

Além dos procedimentos para a demarcação da terra contida na lei, é relevante destacar que no artigo 2º, e nos incisos 1º e 2º, viabilizam-se um conceito constitucional sobre remanescentes de quilombos e de território quilombola. Outro ponto importante é a autoafirmação da própria comunidade, determinante no processo de reconhecimento, pois indica um grau de consciência da identidade individual e coletiva de todo o grupo, atendendo às expectativas do INCRA para a regularização de territórios quilombolas, conforme consta em seus manuais por meio da exemplificação das leis, de acordo com o ponto de vista antropológico:

Assim sendo, uma comunidade quilombola precisa ter a presunção da ancestralidade negra, mesmo que alguns membros incluídos ao grupo ao longo de sua história apresentem outras ancestralidades, e apresentar um histórico de resistência coletiva a opressão sofrida, desde o período escravagista até a atualidade, uma vez que tal opressão não deixou de ser operante nos dias atuais, tanto da parte da sociedade como do Estado. Precisa ter um vínculo histórico próprio, apresentando características sociológicas comuns, no parentesco, na organização social, nas atividades produtivas e reprodutivas. São características comuns como essas que quando presentes em um agrupamento de pessoas qualquer os tornam uma comunidade. Precisa, ainda, apresentar relações territoriais específicas, na medida em que é o território e o vínculo específico que os membros da comunidade têm com o mesmo que se constitui no fato social total que, ao lado de todas estas outras características, conformam uma comunidade quilombola (REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PERGUNTAS & RESPOSTAS, 2017, p.5).

Nessa perspectiva, é sempre bom recorrer à história para compreendermos como se deu o processo de estruturação dos quilombos no Brasil. Para Munanga (1995), quilombo, como palavra, tem sua origem na língua dos povos *bantu*. Sua existência se explica por uma necessidade política e militar de ocupação territorial das regiões compreendidas entre Angola e Zaire. Esse processo migratório de ocupação tinha como objetivo a ampliação do território, a criação de alianças políticas e econômicas. No Brasil, os quilombos ganharam uma característica de luta e resistência contra a escravidão, uma vez que esses espaços abrigavam organizações onde os negros escravizados, fugidos de seus senhores, reuniam-se e, assim, manifestavam sua cultura em liberdade.

Essas comunidades remanescentes de quilombos estão presentes em todo o território brasileiro. Suas principais características no período colonial e imperial era a distância dos grandes centros urbanos, a dificuldade de acesso, uma localização estratégica que permitisse observar o invasor antes dele chegar à comunidade, e que o local propiciasse condições de buscar recursos.

A relação intrínseca com a terra e a propagação intercultural de diversos povos africanos e de escravos nascidos no Brasil, índios e brancos pobres que viviam nos quilombos, contribui para a sua trajetória histórica, como já vimos exposta no artigo 2º do decreto 4.887 de 2003, que considera terras ocupadas por remanescentes quilombolas como deles e que garantem as suas reproduções física, social, econômica e cultural. Afirmam que:

A caracterização legal abrange não só a assim chamada ocupação efetiva atual, mas também o universo das características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades. Assim sendo, um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência. Um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano. É a partir da efetiva incorporação dessas características físicas e simbólicas (a terra e a vida social específica que ocorre sobre a mesma) que os membros dessas comunidades se reproduzem física e socialmente e se apresentam modernamente enquanto titulares das prerrogativas que a constituição lhes garante. É o domínio dessas características que acabam por vincular as pessoas ao território, e não o contrário, pois o território é o todo que garante a continuidade da vida e a comunidade e seus membros são uma de suas partes (REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PERGUNTAS & RESPOSTAS, 2017, p.6-7.).

Diante do exposto, percebe-se que ao regularizar um território quilombola é preciso se considerar a ocupação atual das terras e os seus espaços para que se possa garantir a reprodução física e social da comunidade, nos limites das características e dos valores cultivados pela comunidade. O INCRA trabalha o termo “Pertencimento ao Território Étnico”, estabelecendo que primeiro as pessoas se organizam em grupos sociais, a partir dos quais ampliam os seus laços de amizade para fortalecerem a territorialidade, ou seja, pertencem a um grupo antes de pertencerem a um território. Isso é fundamental para a valorização da coletividade e do indivíduo social que pertence ao grupo, pois o mesmo é responsável individual e coletivamente pela moral do grupo, exercendo, também, a função coletiva de propagação das tradições e da cultura, além da responsabilidade de romper paradigmas que, contextualizados na realidade histórica do grupo, fortalecem o seu pertencimento à coletividade.

Isso não significa que o território seja irrelevante, pelo contrário, caracteriza-se, simbolicamente, para o grupo, e, como dissemos anteriormente, por meio da reprodução física, social, econômica e cultural intrínseca a grupos étnicos como indígenas e quilombolas:

Ser membro de um grupo étnico é se submeter a uma série de regras sociais estabelecidas pela tradição e perpetuadas geração após geração. E isso ocorre, a despeito das pessoas manterem sua autonomia enquanto indivíduo e dessas regras tradicionais se alterarem ao longo do tempo. Ou seja, tradição não é submissão e nem estagnação absoluta. Ao se assumir enquanto um membro de um grupo étnico, as pessoas se submetem as regras e a lógica do grupo. Passam assim a pertencer a um

ente coletivo que se traduz pelas práticas e ideias comuns. No caso de um grupo étnico [...] como os quilombolas, que fundam sua existência sobre o uso intensivo e extensivo, prático e simbólico de um determinado território, esse elemento acaba por assumir um papel essencial a reprodução física e social do grupo. Portanto, o território para cada grupo tradicional ocupa o lugar de elemento central no processo identitário. Desse modo, é o território que se constitui no elemento mais importante a ser considerado na análise de um grupo étnico camponês, do seu modo de vida e da sua identidade. Nessa perspectiva, o território e o grupo são considerados o todo, enquanto as pessoas, as regras, as práticas, os valores e as ideias vinculadas a tal grupo são consideradas suas partes constituintes. (REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PERGUNTAS & RESPOSTAS, 2017, p7,8.)

O território também representa a garantia de sobrevivência e autonomia das comunidades quilombolas por meio das manifestações socioculturais desempenhadas nos espaços comunitários e na socialização cotidiana, a partir da qual se constroem regras que são determinantes para o grupo.

Nos últimos anos, ações governamentais foram criadas entre os anos de 2003 a 2011, período em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva², do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a presidência por dois mandatos consecutivos. Ao final de seu segundo mandato, consegue eleger a sua sucessora, Dilma Rousseff³, também do PT, para assumir em 2011 até 2014. Essa, posteriormente, reelege-se em 2014 para mais um mandato de quatro anos, do qual não conseguiu concluir em consequência do “golpe de agosto” de 2016, ano em que a ex-presidenta sofre o *impeachment*. O cargo de presidente é assumido pelo seu então vice, Michel Temer⁴, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que já ocupava o cargo de presidente provisório com o afastamento de Dilma para as averiguações das acusações das quais ela estava sendo acusada.

Temer assume a Presidência da República até 31 de dezembro de 2018. O período em que ficou no governo rompeu relações com o PT e estabeleceu mudança na gestão política do país. Na formação da base de apoio se encontram os setores da sociedade mais conservadores. Logo que assumiu como presidente interino, em 12 de maio de 2016, o então presidente Temer, em um de seus primeiros atos, revoga a Lei nº. 10.683 de 28 de maio de 2003, que estabelecia o formato estrutural e organizacional do governo dos ministérios e instituía diversos conselhos e seguimentos distintos com a função consultiva, propiciando,

²Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), político e ex-sindicalista que foi eleito o 35º presidente do Brasil entre 2003 e 2011.

³Dilma Vana Rousseff, economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e eleita 36ª Presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento no segundo mandato por um processo de impeachment em 2016.

⁴Michel Miguel Elias Temer Lulia (Michel Temer), político e advogado do partido da Mobilização Democrática Brasileira - MDB que se elegeu por dois mandatos como vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff e assumiu como Presidente do Brasil em agosto de 2016, empossado após o impeachment da titular, Dilma Rousseff, ficou no cargo até 31 de dezembro de 2018.

assim, uma ação mais efetiva dos ministérios e do governo em substituição à lei editada por ele, a Medida Provisória (MP).

A MP de n.º 726 promove a junção de vários ministérios, dentre eles os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSA). Nessa mesma ação, a Medida Provisória retira do INCRA a competência pela delimitação e demarcação de terras quilombolas, atribuindo a função ao novo Ministério da Educação e Cultura, resultado da fusão dos Ministérios da Educação e Cultura (MEC). Como a nova função atribuída ao ministério exigia técnicos qualificados, do qual o novo Ministério não disponibilizava, o Governo precisou retificar a MP oito dias após a sua publicação e reatribuiu novamente ao INCRA a função de titulação das terras quilombolas. A pressão popular fez com que o governo recuasse em vários momentos.

No entanto, os prejuízos gerados tanto para as comunidades quilombolas quanto para outros setores da sociedade foram desastrosas. Os ataques às políticas sociais foram constantes durante o governo Michel Temer. Suas ações foram meticulosamente orquestradas por sua base, e seus ministros encarregados de cumpri-las ou de decretar apoio e fortalecer as propostas dos segmentos ligados ao governo. Como exemplo podemos citar, entre muitas malfetorias, atitudes como a da submissão dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Casa Civil da Presidência da República, que atuam alinhados aos interesses de grandes grupos empresariais do campo e do agronegócio, causando prejuízos inestimáveis ao Brasil. Todas as ações do “governo tampão”, de forma direta ou indireta, contribuíram para o retrocesso do qual o país passa atualmente.

O Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), impetrou em 2004 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação contesta o Decreto n.º 4.884/2003, que, como já vimos, legisla sobre regulamentação dos direitos das comunidades quilombolas. O julgamento vinha ocorrendo desde 2012 e teve o seu veredito final em 08 de Fevereiro de 2018, momento em que, quando por maioria de 8 votos, o STF declarou a validade do decreto garantindo as conquistas dos povos remanescentes de quilombos ao mesmo tempo em que impôs uma derrota aos setores mais conservadores do legislativo federal, os quais apostavam na inconstitucionalidade do decreto, o resultado, bem como as arguições dos ministros.

1.1 As políticas públicas de educação quilombola

Promover uma educação que atenda às múltiplas expectativas de pontos de vista singulares de discentes e docentes é algo que se faz necessário e que exige, na atual conjuntura brasileira, coragem de educandos e, principalmente, de educadores, para que não caiam nas armadilhas de facetas fascistas que se oponham à pedagogia libertadora de Paulo Freire (1992), conduzidos por um governo prepotente e despreparado. Esses grupos, defensores da “escola com mordaza”⁵, pedem por uma educação bancária, alegando que soletando o “bê-á-bá” não correrão o risco de serem ouvintes passivos de professores doutrinadores. No livro *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*, Paulo Freire (1992) já falava sobre o assunto e contribui para o direcionamento do debate a ser realizado sobre o tema, como poderemos ver a seguir:

Um desses julgamentos, que vem dos anos 70 é o que me toma precisamente pelo que crítico e combate, isto é, me toma como arrogante, elitista, “invasor cultural”, portanto desrespeitador da identidade cultural, de classe, das classes populares – trabalhadores rurais e urbanos. No fundo, esse tipo de crítica, a mim feito, fundando-se em uma compreensão distorcida da conscientização e em uma visão profundamente ingênua da prática educativa, vista como prática neutra, a serviço do bem-estar da humanidade, não é capaz de perceber que uma das bonitezas desta prática está exatamente em que não é possível vivê-la sem correr risco. O risco de não sermos coerentes, de falar uma coisa e fazer outra, por exemplo. E é exatamente a sua politicidade, a sua impossibilidade de ser neutra, que demanda da educadora ou do educador sua eticidade. A tarefa da educadora ou do educador seria demasiado fácil se reduzisse ao ensino de conteúdos que nem sequer precisariam de ser tratados assepticamente “transmitidos” aos educandos, porque, enquanto conteúdo de uma ciência neutra, já eram em si assépticos. O educador neste caso não tinha por que, ao menos, se preocupar ou se esforçar por ser decente, ético, a não ser quanto à sua capacitação. Sujeito de uma prática neutra não tinha outra coisa a fazer senão “transferir conhecimento” também neutro (FREIRE, 1999, p.77,78).

Como tão bem destacado por Paulo Freire, o ato de educar seria fácil se se limitasse ao ensino de conteúdos, que nem sequer precisariam de ser tratados como “transmitidos”. No entanto, o ensino vai além da mera transmissão de conhecimento, uma vez que não há e nem haverá jamais uma prática educativa exercida de maneira neutra, centrada apenas em ideias abstratas, sem ser questionadas. Assim, Paulo Freire acrescenta que insistir na realização de uma prática educativa desse tipo é tentar convencer os indivíduos de que a prática política é

⁵O projeto de lei “Escola Sem Partido”, que é replicado em diversos projetos de lei estaduais e municipais, propõe-se a “nortear a educação brasileira e livrá-la da doutrinação política, ideológica e de gênero”. Os defensores do projeto dizem que professores não são educadores e que deveriam apenas transmitir o conteúdo de suas disciplinas. Também dizem que os professores impõem suas concepções de vida aos alunos e que caberia apenas às famílias transmitir valores sociais. Diante do exposto, o projeto “Escola Sem Partido” é, na verdade, uma Lei da Mordaza que tem o objetivo de castrar a liberdade de pensamento, de debate e de organização da comunidade escolar. Do mesmo modo, quer reduzir a educação e a escola a uma proposta única que rebaixa a educação à mera instrução: sem debate, análise ou crítica social.

indiscutível e, por isso, não deve ser debatida, levando os sujeitos a não argumentarem sobre questões sociais e políticas pertinentes. Motivado ainda sobre essas questões, Paulo Freire acrescenta a importância de ser ético:

O que sobretudo me move a ser ético é saber que, sendo a educação, por sua própria natureza, diretiva e política, eu devo, sem jamais negar meu sonho ou minha utopia aos educandos, respeitá-los. Defender com seriedade, rigorosamente, mas também apaixonadamente, uma tese, uma posição, uma preferência, estimulando e respeitando, ao mesmo tempo, o direito ao discurso contrário, é a melhor forma de ensinar, de um lado, o direito de termos o dever de “brigar” por nossas ideias, por nossos sonhos e não apenas de aprender a sintaxe do verbo haver, de outro, o respeito mútuo. Respeitar os educandos, porém, não significa mentir a eles sobre meus sonhos, dizer-lhes com palavras ou gestos ou práticas que o espaço da escola é um lugar “sagrado” onde apenas se estuda e estudar não tem nada que ver com o que se passa no mundo lá fora; esconder deles minhas opções, como se fosse “pecado” preferir, optar, romper, decidir, sonhar. Respeitá-los significa, de um lado, testemunhar a eles a minha escolha, defendendo-a; de outro, mostrar-lhes outras possibilidades de opção, enquanto ensino, não importa o quê (FREIRE, 1999, p.77,78).

Nesse sentido, cabe ao educador o dever ético enquanto um dos sujeitos de uma prática impulsivamente neutra – a educativa – e exprimir o respeito às diferenças de ideias e de posições, até mesmo as mais antagônicas. De acordo com Mészáros (2008) a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice. Chama-nos a refletir sobre a aprendizagem, questionando se ela nos conduz a autorrealização do indivíduo ou se está a serviço de uma ordem social alienante de controle do capital, de acordo com Marx.

Para romper definitivamente com uma educação tendenciosa controlada pelo capital, Mészáros (2008, p.48-49.) argumenta que:

Apenas a mais ampla concepção de educação nos pode ajudar a insistir no objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito. Em contraste, cair na tentação de reparos institucionais formais – “passo a passo”, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais – significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido desta lógica autocentrada do capital. Essa forma de encarar tanto os problemas em si mesmos como as suas soluções “realistas” é cuidadosamente cultivada e propagandeada nas nossas sociedades, enquanto que a alternativa genuína e de alcance amplo e prático é desqualificada aprioristicamente e descartada bombasticamente como “políticos de formalidades”. Essa espécie de aproximação é incuravelmente *elitista* mesmo quando se pretende democrática. Pois define tanto a educação como a atividade intelectual da maneira mais tacaña possível, como a única forma certa e adequada de preservar os “padrões civilizados” dos que são designados para “educar” e governar, contra a “anarquia e a subversão”. Simultaneamente exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como *sujeitos*, e condena-os para sempre a serem apenas influenciados como *objetos* (e manipulados no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: “meritocrática”, “tecnocrática”, “empresarial”, ou o que quer que seja.

Tanto a obra de Paulo Freire quanto a de István Mészáros estão em consonância com o atual momento da realidade brasileira. Indica-nos o caminho o qual devemos seguir para garantir os direitos fundamentais da classe trabalhadora. Ambos os pensadores também contribuem para a instrumentalização de argumentos que rompam com a falsa moral da meritocracia amplamente difundida para combater os direitos adquiridos, como por movimentos sociais.

Sendo a educação uma ferramenta indispensável à formação intelectual crítica e a atuação prática para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, as Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, que modificam a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Aponta para uma correção de caráter histórico da formação do povo brasileiro, reconhecendo e atribuindo a função de protagonista ao africano escravizado e aos seus descendentes.

Os artigos acrescentados à nova legislação a ser implementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9.394/96), são:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2003).

Com a implementação da lei se percebe um esforço em sua propagação e uma construção de Diretrizes Curriculares que atendam à demanda criada no ato de sua execução, com intervenções que, de acordo com a LDB, elevasse a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e às discriminações que, orientados pelo Parecer CNE/CP n.º 0003/2004, favorecesse a aplicabilidade da lei. Um elemento chave para essa garantia seria a incorporação da temática no currículo educacional.

1.2 Políticas públicas, currículo educacional e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola

O currículo educacional há tempos vem sendo alvo de análises científicas, nas perspectivas de suas experiências desenvolvidas nas escolas públicas e de como este processo tem contribuído historicamente para a transformação da educação para o enfrentamento da relação de poder na sociedade. Nesta interpretação, a escola em seu caráter educativo possui papel fundamental para a construção reflexiva sobre a conduta social, política, econômica, cultural e de qualquer outra variante da realidade.

Vale referir que o currículo é um espaço de disputa e interesse de classes, por esse motivo a cultura e as práticas sociais populares têm pouco ou nenhum espaço na história oficial. A exemplo, pode ser citada a Lei nº. 10.639/03, que surge tardiamente e, mesmo em quase duas décadas desde o seu surgimento, ainda encontra dificuldades na sua aplicabilidade devido a inúmeros fatores que vão desde o preconceito contra as religiões de matrizes africanas até a construção cultural de que o negro é um ser inferior e incapaz. Tal ideia demonstra a disputa ideológica que ocorre pelo currículo.

Compreendendo isso, é possível levantar diversos questionamentos sobre o currículo educacional e sua eficácia, tendo em vista que o mesmo não atende às necessidades de grupos tradicionais e da população pobre de maioria negra e periférica das cidades brasileiras.

Embora diversas vitórias importantes tenham sido conquistadas nas duas últimas décadas, principalmente em 2003, quando ocorre o surgimento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cuja responsabilidade é garantir políticas públicas de promoção da igualdade racial, indo de encontro com às determinações da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que ocorreu na África do Sul.

Como ação da assembleia da ONU de 1997, ato simbólico do início do terceiro milênio, que se torna um marco histórico para a disseminação de políticas públicas etnicorraciais, o Brasil segue as orientações. Com a ampliação do diálogo com as organizações sociais e governamentais, só se conseguem atender às reivindicações históricas com a criação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o que contribui e fortalece a Lei nº.10.639/03, que serviu de referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, conforme reivindicações da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que ocorreu em 2010 e estabeleceu as responsabilidades dos entes confederados através das seguintes deliberações:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial [sic] do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2003).

Embora as comunidades quilombolas tenham recebido atenção por parte do governo nas últimas décadas, e até recursos destinados para a manutenção, construção e alimentação, estes recursos não foram suficientes para atender às reivindicações de séculos de abandono do poder público. Ainda se tem muito a se fazer, principalmente na formação e capacitação de professores e de materiais didáticos adequados que propiciem uma melhor qualidade de ensino aos quilombolas.

O currículo é uma representação ideológica, presente no processo educacional, condicionada à formação ética e moral de sujeitos sociais e das condições políticas, culturais e econômicas, decorrentes da prévia-ideação do sujeito sobre a realidade que ele vive. Esse processo se concretiza nas múltiplas práticas de ensino e aprendizagem proporcionadas pelos espaços de convivências presentes em nossa sociedade.

A materialização das intencionalidades do currículo educacional surge primeiro como estratégias do Estado e de seus aliados que se utilizam dos espaços educacionais e das práticas de ensino e aprendizagem para submeterem jovens a uma qualificação mínima de sua criticidade, e de uma formação de força de trabalho excedente, com conhecimentos básicos que atendam às necessidades de setores econômicos. Para Mészáros (2008, p.42) “[...] as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital”.

Analisando o currículo educacional, é importante ter consciência que este, mesmo forjado das relações de poder do capital, ressignifica-se nas práticas dos educadores, revelando-

nos o seu contexto social. Assim, a educação passa a ter uma dimensão da realidade dos grupos que compõe a sociedade, trazendo os conflitos existentes serem dialogados na sala de aula sob diferentes perspectivas.

Partindo desse ponto de vista, compreende-se que o currículo não é estático ou neutro, representa a disputa de interesses, podendo ser crítico, combatendo o modelo de educação estruturada em uma prática mecanicista e que não atenda às verdadeiras necessidades da classe trabalhadora. Por outro lado, existe um controle do Estado em defesas de ações políticas mais clássicas e sectárias que agem a favor de setores que controlam os meios de produção e, conseqüentemente, interferem nas políticas voltada à população que necessita dos serviços públicos essenciais, como segurança, saúde educação, dentre outros.

O currículo é inerente ao processo de educação formal, porém, não é pressuposto da dimensão do conhecimento do estudante, ao passo que a tomada de consciência surge por meio da constante reflexão do sujeito sobre a realidade de sua apropriação. Essa concepção se aproxima muito do pensamento Lessa e Tonet, de como se dá o processo de formação por meio da reflexão da realidade:

Em resumo, a consciência deve refletir a realidade para ser capaz de produzir um conhecimento adequado. Por isso, ao investigar a realidade, é da máxima importância que a consciência possa construir uma ideia que reflita o real do modo mais fiel possível. Contudo, essa fidelidade do reflexo é condicionada pelas necessidades e pelos os objetivos que orientam a investigação. O reflexo jamais poderá ser um reflexo fotográfico, mecânico, da realidade. Ele é sempre uma construção da consciência, uma atividade dela. Tal atividade é a apropriação das propriedades da realidade segundo as necessidades e objetivos do momento. E, com essas necessidades e objetivos surgem ao longo da história, todo o reflexo do real é historicamente condicionado (LESSA; TONET, 2008, p.50).

Ao educador, cabe a responsabilidade de criar condições didáticas⁶ que possibilitem ao educando a constante reflexão de todo o percurso que ele deve seguir para compreender a realidade da qual está inserida, de forma que interaja com outras realidades, concepções de mundo e seja capaz de transformá-las dialeticamente por meio de uma reflexão individual e coletiva da realidade sempre que necessário. Sobre esse propósito, Lessa e Tonet (2008, pp.50-51) ainda argumentam que:

[...] tanto a realidade quanto a subjetividade estão sempre em evolução, é impossível um conhecimento absoluto da realidade. O conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção da ideia, reflete as qualidades do real. Por outro lado, o real é um processo histórico. Uma realidade e uma consciência, ambas

⁶A didática é um ramo da ciência pedagógica e tem como base o ensino e a prática de métodos e técnicas que possibilitam que o aluno aprenda por meio de um professor ou instrutor.

em movimento, não pode jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso a reflexão da consciência é um constante processo de aproximação das ideias em relação à realidade em permanente evolução.

Percebe-se no processo de ensino-aprendizagem uma articulação didática, construída na reestruturação argumentativa reflexiva, que compõe uma prévia-ideação de uma visão da realidade singular do ponto de vista ideológico dos sujeitos envolvidos (estudantes e professores). É visível nesta articulação a mútua composição das ideias e exemplificação da realidade que pode contribuir para a formação da consciência.

Para Gramsci, a “[...] formação da consciência é uma atividade humana e ela passa pela intervenção intelectual [...]” (GRAMSCI_apud MÉSZÁROS, 2008, p 49). A consciência surge de uma necessidade da transformação da matéria e impõe um novo conhecimento que se objetiva no processo dialético das forças produtivas, transformação da matéria pelo desenvolvimento do conhecimento e da complexidade intelectual, por intermédio do currículo.

A educação é um processo complexo que envolve capacidades múltiplas, práticas e teóricas, objetivas e subjetivas, interpretadas de diferentes formas por diferentes sujeitos que convivem em realidades semelhantes e/ou distintas, que vão além de uma leitura simplista e carregada de preconceito.

O currículo apresenta uma postura multidimensional que se agrega às concepções do professor que também é indivíduo social que se ambientou ao sistema educacional para o ofício acadêmico e de sua manutenção econômica de sobrevivência. Ou seja, ser professor é um emprego, com responsabilidades e cobranças, como qualquer outro. No entanto, o resultado de nosso trabalho é o conhecimento adquirido pelo estudante no final do processo. Nesse caminho são muitas as variantes para se chegar ao resultado, que nunca será concreto do ponto de vista da aprendizagem, mas sim abstrato e de caráter ideológico, de acordo com as exigências do momento histórico.

A educação é única para cada sujeito. O educador possui a responsabilidade de materializar o conhecimento de modo a contextualizar a aprendizagem com a realidade individual de cada ser, levando em consideração aspectos da vida cotidiana que contribuem para a ideação do mundo. A importância desse processo nos mostra que o ensino e a aprendizagem necessitam de uma abordagem ampla que desafie o sujeito pela busca de novos conhecimentos e da sua maturação, pois:

Ninguém pode conhecer por mim assim como não posso conhecer pelo aluno. O que posso e o que devem fazer são na perspectiva progressista em que me acho ao ensinar-lhe certo conteúdo desafiá-lo a que se vá aprendendo na própria prática, sujeito capaz de saber. Meu papel de professor progressista não é apenas o de ensinar matemática

ou biologia, mas sim tratando à temática que é de um lado objeto de meu ensino, de outro da aprendizagem do aluno, ajuda – ló a reconhecer como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva. (FREIRE, 1996, p.140).

Por sua dimensão bancária e normativa, imposta pelas exigências do Estado em atender às demandas dos meios de produção com urgência, é vetado à educação formal e pública um conhecimento teórico com aplicações práticas e dialéticas que possibilitem aos estudantes uma constante análise da realidade. Paulo Freire nos alerta para o perigo de uma teoria sem prática:

É neste sentido que se pode afirmar ser tão errado separar prática de teoria, pensamento de ação, linguagem de ideologia, quanto separar ensino de conteúdos de chamamento ao educando para que se vá fazendo sujeito do processo de aprendê-os. Numa perspectiva progressista o que devo fazer é experimentar a unidade dinâmica entre o ensino do conteúdo e o ensino de que é e de como aprender. É ensinando matemática que ensino também como aprender e como ensinar, como exercer a curiosidade epistemológica indispensável à produção do conhecimento (FREIRE, 1996, p.141).

Na interpretação da afirmativa de Paulo Freire podemos concluir que teoria/prática possibilita a transformação do ser humano através de seu conhecimento e intercessão prática na realidade, com mudanças na formação da consciência, por meio do conhecimento. Para Marx (1993), é a práxis a atitude capaz de transformar a natureza e a sociedade que transformam o ser humano. Essas teorias se integram de maneira que podemos concluir que a práxis expressa, precisamente, o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, representado, em Marx, pela natureza e pelo meio social em que está inserido.

No processo de ensino-aprendizagem o educador precisa conduzir os educandos a perceberem as complexidades que o ser humano tem nas relações com a natureza e a sociedade. Esta percepção desperta a consciência e as multidimensões do conhecimento, produzido pela conexão da teoria/prática, promovendo uma ação dialética constante, conduzido experimentação de novos conhecimentos postos em prática.

Importante ressaltar que toda e qualquer discussão que se faça em torno do currículo deve ser contextualizada nas múltiplas realidades escolares e de seus membros para que todos possam ser atendidos conforme as suas necessidades de conhecimento e de suas práticas moral e social. Com isso, torna-se importante propiciar no currículo o espaço necessário para as reflexões regionais da tradição de cada comunidade de maneira que ela se perceba no tempo e no espaço histórico, de acordo com a lei de diretrizes e bases, para a educação quilombola:

Valorizar o passado e recriar o presente tem sido um dos caminhos na construção da identidade quilombola. A dimensão da ancestralidade africana ressignificada no

Brasil, os conhecimentos transmitidos pelas gerações de negros que viveram durante o período da escravidão, as mudanças advindas após o processo da Abolição, as vivências e as lutas no Brasil, antes e durante a ditadura militar, os avanços sociais e políticos advindos da Constituição de 1988 e as lutas pela garantia do direito à terra, ao território, à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação encontram-se emaranhados nesse processo. Pensar o currículo da Educação Escolar Quilombola não significa se ater apenas a um passado histórico ou se fixar ao momento presente. Significa realizar a devida conexão entre os tempos históricos, as dimensões socioculturais, as lutas sociais do Movimento Quilombola e do Movimento Negro, as tradições, as festas, a inserção no mundo do trabalho. Nos quilombos contemporâneos, a cultura, o trabalho e o etnodesenvolvimento são práticas que garantem a articulação entre as pessoas. Manter suas terras e suas tradições e garantir o direito ao trabalho fazem parte dos processos de afirmação da identidade quilombola. Esse processo complexo permite à comunidade negociar os termos de sua inserção na contemporaneidade, de ser reconhecida e respeitada como sujeito de direitos na sua diferença como quilombola e na igualdade de direitos sociais, como cidadão. A escola se apresenta como uma das instituições na qual essa realidade se descortina de forma mais explícita, pela própria dimensão pública e como direito social. Sendo assim, o currículo da Educação Escolar Quilombola terá que, necessariamente, contemplar essas especificidades, entendendo-as como parte constituinte da garantia do direito à igualdade social (BRASIL,2003).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola são resultados de pareceres, decretos, convenções e conferências que culminam com a Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que por sua vez resulta nas Leis educacionais que atendem às comunidades remanescentes de quilombo, a partir das quais, logo em seu primeiro artigo, são determinadas as ações para o fortalecimento do território físico e étnico:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução
 § 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:
 I - Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
 a) da memória coletiva;
 b) das línguas remanescentes;
 c) dos marcos civilizatórios;
 d) das práticas culturais;
 e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
 f) dos acervos e repertórios orais;
 g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
 h) da territorialidade.
 (BRASIL,2003).

A garantia da aplicação dessas leis é essencial para o fortalecimento das comunidades tradicionais, pois as mesmas representam o respeito aos povos e sua cultura e devem ser desenvolvidas de acordo com os 63 artigos dispostos na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

A lei ainda garante que o processo de educação ocorra no Quilombo, já que no artigo 9º é definido que a educação quilombola compreenda a escola quilombola, e que as escolas quilombolas têm que estejam dentro do território quilombola para a garantia de uma educação de qualidade e que atenda aos requisitos da lei. Assim, foi acordado um processo de ação colaborativa que contribua com o sistema de ensino articulado dentro da perspectiva do artigo 57 e das resoluções do Conselho de Educação Básica e da Conferência Nacional de Educação nº 1/2012, os quais estabelecem:

Art. 57 As políticas de Educação Escolar Quilombola serão efetivadas por meio da articulação entre os diferentes sistemas de ensino, definindo-se, no âmbito do regime de colaboração, suas competências e corresponsabilidades. § 1º Quando necessário, os territórios quilombolas poderão se organizar mediante Arranjos de Desenvolvimento da Educação, nos termos da Resolução CEB/CNE nº 1/2012.

§ 2º Municípios nos quais estejam situados territórios quilombolas poderão, em colaboração com Estados e União, se organizar, visando à oferta de Educação Escolar Quilombola, mediante consórcios públicos intermunicipais, conforme a Lei nº 11.107/2005 (BRASIL,2003).

1.3 Currículo e educação ambiental

Em meados do século XIX, com a segunda Revolução Industrial, algumas pessoas começaram a temer a forma como o ser humano lidava com a natureza, sem ter nenhuma preocupação em preservá-la ou utilizá-la de forma consciente. Talvez esse uso ocorro por ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a reposição natural desses bens, e em alguns casos se acreditavam serem infinitos os recursos naturais, ou que pelo menos teriam uma capacidade de reprodução mais rápida.

Do período da segunda Revolução Industrial até o final da Guerra Mundial, em 1945, viram-se algumas atuações tímidas em defesa do meio ambiente, e poucos avanços no uso consciente dos recursos naturais. Tudo começa a mudar no período pós-Guerra, em que alguns setores da sociedade mundial passaram a pautar a preservação e o uso racional da natureza, gerando uma preocupação compartilhada por milhões de pessoas pelo mundo. Desde então, muitas conferências e encontros internacionais foram agendados exclusivamente para debater o tema.

Dentre os debates realizados, podemos citar o Clube de Roma de 1972, que naquele momento inicial publicou um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, destacando os seguintes pontos a serem dialogados: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos

naturais. Os fundadores do clube acreditavam que esgotando este debate encontrariam a solução para a preservação ambiental e o seu uso racional.

No início de 1990, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Cúpula da Terra, ou Rio-92. Os resultados obtidos nessa conferência foram importantes mundialmente, porém, para o Brasil o saldo entre os movimentos populares foi maior, já que muitas organizações sociais organizadas em torno de bandeiras ambientais, e até mesmo o movimento sindical e as universidades, foram os principais propagadores da Agenda 21, um plano de ação para o meio ambiente e o desenvolvimento no século XXI baseado em uma série de contribuições especializadas de entidades internacionais. Ainda nos dias atuais é referência para políticas ambientais sustentáveis.

Após esse debate, diversos encontros e conferências foram realizadas, contribuindo para o desenvolvimento do tema e ampliando o debate em todos os seguimentos e áreas do conhecimento, de forma que o Brasil já estabeleceu algumas políticas públicas para o Meio Ambiente e criou uma Diretriz Curricular Nacional para a Educação Ambiental, como descritas no artigo 17:

Considerando os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem: I – estimular: a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia; b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética; c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais; d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat; e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental (BRASIL, 2013).

Neste contexto, a Educação Ambiental contribui para que as escolas preparem cidadãos conscientes capazes de refletirem sobre a importância da preservação dos recursos naturais. Essa educação deve ser desenvolvida ainda refletindo a realidade dos educandos para que sejam cidadãos atuantes na comunidade onde moram e possam contribuir para o desenvolvimento de uma sociobiodiversidade sustentável, consciente e responsável com a natureza.

2 UMA VISÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO

A comunidade quilombola da Serra do Evaristo se localiza-se na zona rural da cidade de Baturité, região serrana do Maciço do Baturité do estado do Ceará. Distante aproximadamente 10 km da sede do município, e 90 km da capital do estado, Fortaleza.

O acesso até o quilombo se dá por uma estrada estreita de calçamento, íngreme, cheia de curvas, e em determinados momentos com precipícios, ora do lado direito da estrada, ora do lado esquerdo. Durante o percurso, observamos uma mata nativa e muitos pássaros, no entanto, ao se aproximar do platô, a plantação de bananeiras passa a predominar na paisagem. A comunidade é composta por 130 famílias, totalizando 480 pessoas. A esse número se incluem os migrantes sazonais⁷ e temporários⁸.

Figura 1 — Mapa da região do Maciço de Baturité com destaque para o município de Baturité indicando a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo.



Fonte: Arquivo da comunidade.

⁷ As migrações sazonais são aquelas feitas por pessoas ou animais, motivados pela mudança das estações do ano. Os trabalhadores migram para outros locais com a intenção de plantar produtos (que não poderiam ser cultivados no lugar anterior por causa do clima em determinadas estações).

⁸ Migração temporária é quando uma pessoa vai para um lugar e depois de um tempo volta ou vai e volta depois de um longo tempo.

Ambos os processos migratórios ocorrem por características distintas, motivadas por fatores econômico. No período do verão⁹, momento em que ocorrem migrações temporárias de jovens da comunidade, na maioria homens entre as idades de 18 a 30 anos sem perspectiva de trabalho remunerado. Esses jovens se deslocam para grandes centros urbanos como Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro para trabalharem na Construção Civil. Outra característica comum entre eles é a pouca qualificação.

Devido à falta de experiência, o trabalho ofertado a esses jovens é o de servente de pedreiro na Construção Civil, que tem uma remuneração baixa e um trabalho pesado. Como o intuito do deslocamento é econômico, os jovens acabam se submetendo às condições mais precárias para poderem economizar. Dessa forma, acabam vivendo em alojamentos improvisados e cedidos pelas empresas, fazem no mínimo duas horas extras diárias para poderem “ganhar a janta”¹⁰. Também trabalham nos finais de semana para aumentar os ganhos e diminuir as despesas, já que “ganham almoço e a janta”.

O regresso desses jovens para a comunidade varia de acordo com a região onde estão. Quando trabalham em Fortaleza, retornam para a comunidade após o período seco (períodos das estações chuvosas) para poderem trabalhar na Agricultura. Quando é fora do Estado, geralmente o período é maior, podendo ser de três a quatro anos ou, de acordo com os objetivos traçados por eles. Em geral, o objetivo deles é: 1) comprar uma moto; 2) construir uma casa na comunidade ou 3) comprar um terreno ou uma casa na periferia de Baturité. Este último é o menos expressivo.

Os registros da migração feminina são bem menores. Não há informações de mulheres que saíram para fora do Estado, geralmente o trabalho é em casas de famílias em Fortaleza como babá, cuidadoras ou empregadas domésticas. No entanto, com a mesma motivação econômica, e com retorno à comunidade nos finais de semana ou quinzenalmente.

Já o processo de migração sazonal acontece nos períodos de inverno nordestino. A distância percorrida nesse processo de migração é inferior a 25 km, pois ela acontece entre os municípios de Baturité e Aracoiaba, cidade vizinha onde a comunidade quilombola da Serra do Evaristo, por meio de sua Associação de Moradores fundada no ano de 1989, com o nome de

⁹ Popularmente para os nordestinos só existem duas estações, a das chuvas, denominadas de inverno, que ocorrem nos meses de fevereiro a junho, dependendo do ano, e o verão denominado de seca, que compreende os meses de julho a dezembro.

¹⁰ De acordo com os jovens, no ato da assinatura do contrato fica acertado, de forma verbal entre eles e o encarregado pela obra, que quem trabalhar até as sete da noite, além de ganhar a hora extra, também “ganha” uma quentinha para jantar. O mesmo ocorre nos finais de semana.

Associação Kolping¹¹ Serra do Evaristo (Ata de Fundação em Anexo), adquiriu, por meio de compra, uma fazenda da qual a nomearam de *Manos Kolping*, em referência às organizações que doaram os recursos para a aquisição da fazenda, a Obra Kolping e a Manos Unidas¹². A fazenda é uma extensão território onde todos os associados têm direito de usufruto, de acordo com o estatuto da comunidade (Estatuto anexado).

O fluxo migratório para a manutenção econômica das famílias da comunidade, mesmo próximo, causa prejuízos irreparáveis, pois em algumas situações a migração temporária e sazonal se tornou definitiva. Muitos dos jovens que se deslocaram acabaram constituindo família e não retornaram. Já no caso da fazenda, as 22 famílias que se mudaram mantêm o vínculo com a serra e com a associação. Estatutariamente, só têm direito de trabalhar na fazenda os sócios com participação frequente nas atividades e assembleias da Associação da comunidade.

Há ainda outro tipo de migração, classificada neste estudo como pendular¹³, motivada principalmente pelo deslocamento de estudantes secundaristas para a Escola de Ensino Fundamental e Médio Domingos Sávio (conhecida na região como Liceu) e para a Escola Profissional de Baturité. Na comunidade são ofertadas vagas para Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental (séries iniciais e finais). Ao concluírem o Ensino Médio os jovens têm a perspectiva de cursarem o Ensino Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus de Baturité, inaugurado em fevereiro de 2010, ofertando cursos técnicos de dois anos e licenciaturas.

No mês de julho de 2010 foi inaugurada, no município de Redenção, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Pela proximidade, os jovens do quilombo ingressaram primeiro no IFCE, em cursos técnicos. Somente no ano de 2016, com um processo seletivo voltado para índios e quilombolas, que os primeiros membros da comunidade da Serra do Evaristo ingressaram na UNILAB. Esse mesmo processo ocorreu nos anos de 2017 e 2018. Ao todo, 15 jovens estão inseridos na UNILAB: uma garota no IFCE, campus de Baturité, três jovens na Faculdade do Maciço de Baturité (FMB), instituição privada

¹¹A Obra Kolping é uma associação católica internacional que atua como movimento social para o desenvolvimento de práticas cidadãs voltadas a ações ambientais, culturais, religiosas e comunitárias de grupos minoritários. A Obra Kolping foi fundada na cidade de Colônia, na Alemanha, pelo padre Adolf Kolping (1813-1865), sacerdote católico alemão conhecido como “pai dos jovens artesãos”. Foi beatificado em 1991 pelo Papa João Paulo II. Disponível em: <<http://www.kolping.org.br/>>. Acesso em: jun./2019.

¹²“Manos unidas” é uma ONG de desenvolvimento da igreja católica e voluntários. Surgiu em 1960 na Espanha e tem seu trabalho voltado em apoio aos povos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, e para a conscientização da população espanhola.

¹³ A migração pendular ocorre nos deslocamentos diários entre a residência, o trabalho e/ou estudo.

situada no município de Baturité, e uma em Fortaleza, totalizando 20 jovens, sendo 13 do sexo feminino e sete do sexo masculino.

Vale destacar que a universidade, o instituto e as faculdades, em especial a pública, vêm contribuindo significativamente para frear o processo de migração, uma vez que oportuniza aos jovens uma atuação diferenciada na comunidade e na vida dos mesmos. Embora o fluxo migratório esteja presente na história da humanidade, este ocasiona desgaste quando não vem de uma vontade própria, como aponta Ferreira (1992).

A população não migra por um direito de liberdade de locomover-se na busca de algo melhor ou por livre opção de escolha de moradia. Ela se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais e ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes, condenam milhões de famílias a um desenraizamento sem fim (p. 19).

2.1 A fazenda Manos Kolping

A fazenda Manos Kolping foi adquirida pela comunidade no ano de 1992. Possui uma área de 380 hectares, no sertão de Aracoiaba, a 25 km de distância da comunidade quilombola. A fazenda é uma extensão da Serra do Evaristo, frequentada principalmente em períodos de preparação da terra para o plantio na pré-estação chuvosa nos meses de dezembro e janeiro, seguindo para a quadra chuvosa do estado do Ceará, que se inicia nos meses de fevereiro e se estende até o final do mês de maio.

A ida à fazenda é feita por um caminhão (pau-de-arara), antes fretado pela comunidade, e agora próprio da mesma, adquirido por meio do trabalho coletivo através da plantação de um roçado feito todo ano para pagamento das parcelas do veículo. A produção na fazenda é diversificada, com ênfase para o plantio da mandioca e do milho. Há também uma cultura de subsistência, na agropecuária são criados animais de pequenos e médio porte para suprirem as necessidades de seus moradores definitivos e/ou temporários. Parte da produção excedente é levada para a Serra ou para a Central Estadual de Abastecimento (CEASA)¹⁴ de Fortaleza, onde é vendida. Parte dos produtos também é repassada para comerciantes e feirantes dos municípios de Baturité, Capistrano e Aracoiaba.

Como a fazenda pertence à associação da comunidade da serra do Evaristo, não existe outra associação e sim uma coordenação tirada entre os moradores, permanentes e

¹⁴ CEASA -Centrais Estaduais de Abastecimento, que são empresas estatais ou que funcionam a partir da junção de capital privado e público que têm o objetivo de melhorar o comércio e distribuição de produtos alimentícios como frutas e legumes e também flores.

sazonais, da fazenda, os quais são responsáveis pela prestação de contas, organização, e preservação do patrimônio do quilombo. A fazenda, mesmo estando a menos de 25 km da Serra do Evaristo, está em território do semiárido¹⁵ nordestino, o que inviabiliza a produção agrícola em períodos de estiagem. Por esse motivo, mesmo tendo um terreno maior para a produção e criação de animais, isso acaba não ocorrendo devido à falta de recursos hídricos o suficiente para a irrigação, já que na fazenda o açude é pequeno, sendo conhecido pelos moradores como *açude de barreirinho*. Todas as casas têm cisterna de placa construídas com apoio da Obra Kolping e o poço profundo que tem uma vazão de água de 8 mil litros por hora. Esta é utilizada para a manutenção das famílias no uso doméstico e para a criação dos poucos animais (bovinos e ovinos).

Figura 2 — Sede da fazenda Manos Kolping no município de Aracoiaba.



Fonte: Evandro Clementino, 2019.

No ano de 2016 a fazenda recebeu um dessalinizador do programa *Água Doce*¹⁶, do Governo Federal em convenio com os governos estadual do Ceará e do município de Aracoiaba. Passados 27 anos desde a aquisição da fazenda, a estrutura ainda é precária, não existe

¹⁵ O clima semiárido é um tipo de clima com baixa umidade e volume pluviométrico. Na classificação mundial do clima, o clima semiárido é aquele que apresenta precipitação de chuvas média entre 200 mm e 400 mm.

¹⁶ O Programa Água Doce (PAD) é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil, que visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano, incorporando cuidados técnicos. Até Janeiro de 2018 foram instalados no Ceará, 248 dessalinizadores.

equipamentos públicos como escola, posto de saúde ou coleta de lixo. No entanto, a comunidade cede um espaço para o funcionamento de uma creche pela manhã e à noite, no mesmo espaço, funciona uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Uma vez no mês a mesma sala é utilizada como posto de saúde, quando um médico e um enfermeiro, ou auxiliar de enfermagem, realizam atendimento à população da fazenda. Há também uma agente de saúde que vive na própria comunidade. Os resíduos sólidos, por sua vez, são queimados.

As principais fontes de renda dos moradores vêm de programas governamentais, tais como *Bolsa Família*, *Seguro Safra*, *Bolsa Estiagem* e *Previdência Social*, conforme dados de janeiro de 2019 da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH). Nesses 27 anos de aquisição da propriedade pela Associação da comunidade Kolping da Serra do Evaristo, não se tem notícia de nenhum grande conflito de desentendimento pela posse da terra, todos aceitam as determinações das assembleias. As pessoas que vivem na fazenda pouco participam das reuniões, mas o sentimento de uma só comunidade é visível, principalmente entre os mais velhos que transitam de uma comunidade para a outra com uma frequência maior. Já os nascidos no sertão, possuem uma relação com a serra pelo laço familiar e pela as histórias transmitidas oralmente.

2.2 A formação geológica e climática do Maciço de Baturité

Compreender a estrutura da formação geológica e climática da Serra de Baturité é fundamental na análise do processo de convivência do ser humano nesses espaços geográficos, tendo em vista que o comportamento social e cultural é diferente do ser humano que vive no semiárido, tanto na forma de se vestir, como na alimentação, e até mesmo nas relações sociais cotidianas.

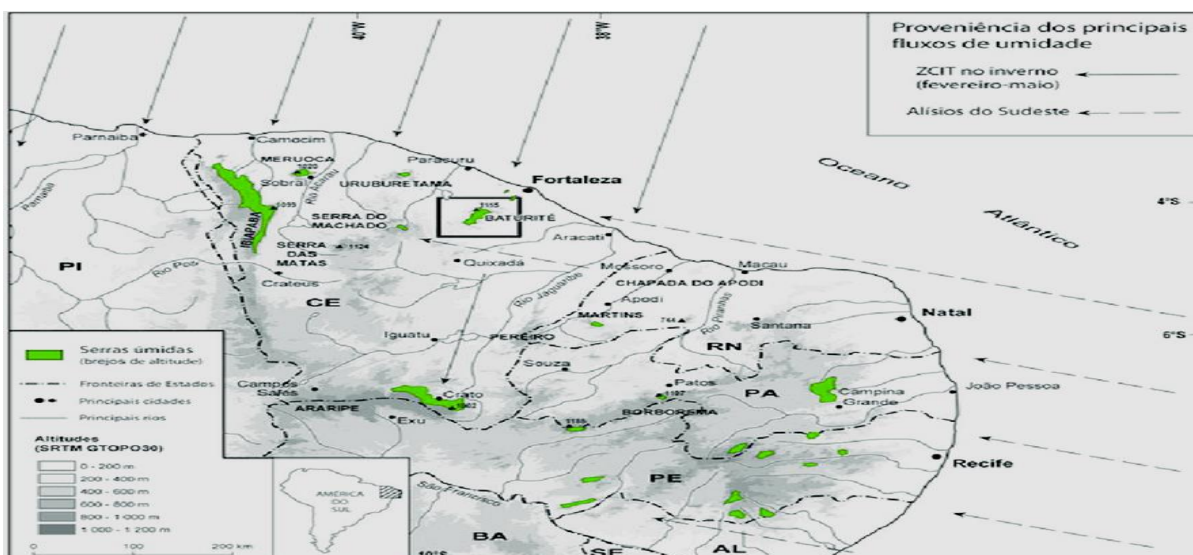
Os maciços antigos, também conhecidos como escudos cristalinos, são formações geológicas do período Pré-cambriano que tem sua origem desde o surgimento da Terra há cerca 4,6 bilhões de anos até o início do período Cambriano, há 541 milhões de anos. O surgimento desses desdobramentos antigos surgiu do entrelcho dos continentes ancestrais, quando se formava a Pangeia¹⁷. Durante centenas de milhões de anos essas áreas sofreram erosões e intemperismo, o que causou grandes transformações no seu relevo original. É possível encontrar maciços em todas as regiões do Brasil, geralmente são explorados por empresas nacionais,

¹⁷A “Pangeia” (do grego Pan “todo”, e Gea ou Geia, “terra”) que significa “Toda a Terra”, foi uma colossal massa sólida que formava um único continente, o qual, por sua vez, era cercado por um único oceano, o Pantalassa.

principalmente multinacionais interessadas em minérios de ferro, ouro, cobre, bauxita e muitos outros minerais de grande valor comercial.

No Ceará, o Maciço mais conhecido é o de Baturité, presente numa região de semiárido nordestino com elevações que podem ultrapassar os 1000 metros. Tem como características principais as superfícies aplainadas com cadeias montanhosas que isolam o clima e transforma as paisagens. O mapa abaixo mostra as serras úmidas do Ceará e de alguns outros estados do Nordeste, dando destaque para o Maciço de Baturité. O mapa também destaca os fluxos de umidades consequentes dos ventos alísios.

Figura 3 — Repartição das serras úmidas, brejos de altitude do Nordeste brasileiro

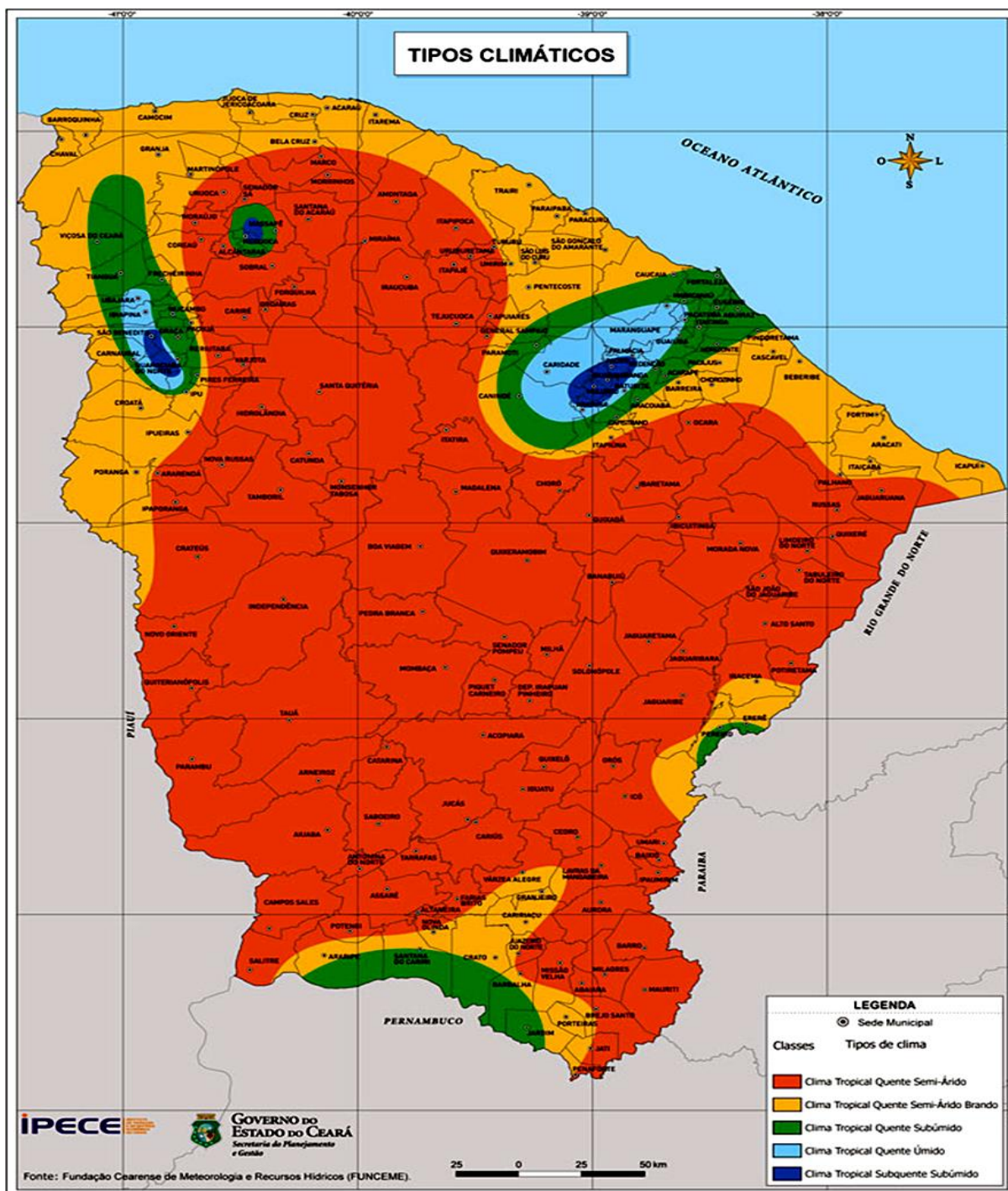


Fonte: Researchgate, 2019.

Um fator preponderante para a umidade das serras de Baturité são os ventos alísios. Carregados de umidade que vêm do Oceano Atlântico, o deslocamento dessas massas de ar quente e úmido que se movimentam do sul e do norte para as áreas de baixa pressão atmosférica equatorial no decorrer do ano, caracterizando uma Zona de Convergência Intertropical (ZCIT).

Neste percurso, o maciço está interposto entre os ventos alísios do sul e a zona de convergência do Equador, sendo umas das grandes elevações, recebe precipitações elevadas (1000 - 1800 mm/ano). Esse fenômeno da natureza beneficia a porção elevada da serra voltada para sul do continente e toda a sua parte baixa recebe as benesses dos eventos, a parte norte da serra voltada para a região do sertão de Canindé, especificamente alocada dentro do território do município de Caridade, não tem as mesmas precipitações.

Figura 4 — Clima do Brasil.



Fonte: IPECE, 2019.

Esse fenômeno contribui para um clima mais ameno na serra, principalmente à noite. A faixa média da temperatura anual é de 20° aos 22 ° C. Os dias são mais quentes e a umidade do ar é alta, conforme o deslocamento vai acontecendo para as partes mais baixas o clima vai mudando para semiquente/semiúmido, quente/semiúmido, semiárido brando e semiárido nas porções do território distante do maciço. Considerando todos estes aspectos,

percebemos que temos um bioma singular no Nordeste brasileiro, com peculiaridades interessantes do ponto de vista climático regional, como é o caso de Baturité, onde seu território pode ser classificado com todos climas do maciço de acordo com a localização geográfica do seu território.

A formação geológica da serra nos impõe um outro desafio, o da captação de águas necessária para a demanda de abastecimento segundo as necessidades das populações locais. O referencial bibliográfico das pesquisas apresentadas sobre esse aspecto direciona ao estudo da hidrogeologia e à busca de águas subterrâneas do cristalino, e de tecnologias que permitam encontrar fissuras para a perfuração de poços, com máquinas capazes de romper rochas. Essa forma de captação de água em poços profundos surge da necessidade por falta de armazenamento nas áreas mais elevadas, não significando, com isso, a ausência total de reservatórios, mas sim a sua inadequação ao território. Nas áreas baixas que circundam o maciço, o abastecimento de água é feito por açudes e barragens, os poços são perfurados só em períodos de estiagens prolongadas.

2.3 A Serra do Evaristo: aspectos geográficos

A comunidade quilombola da Serra do Evaristo se encontra nessa área de maciço encravada no sertão nordestino, com uma altitude entre 500 a 600 metros, o que de fato a caracteriza como uma serra, diferente da maior parte do município que se encontra no sopé da serra, indo em direção ao sertão, e com uma altitude inferior aos 200 metros.

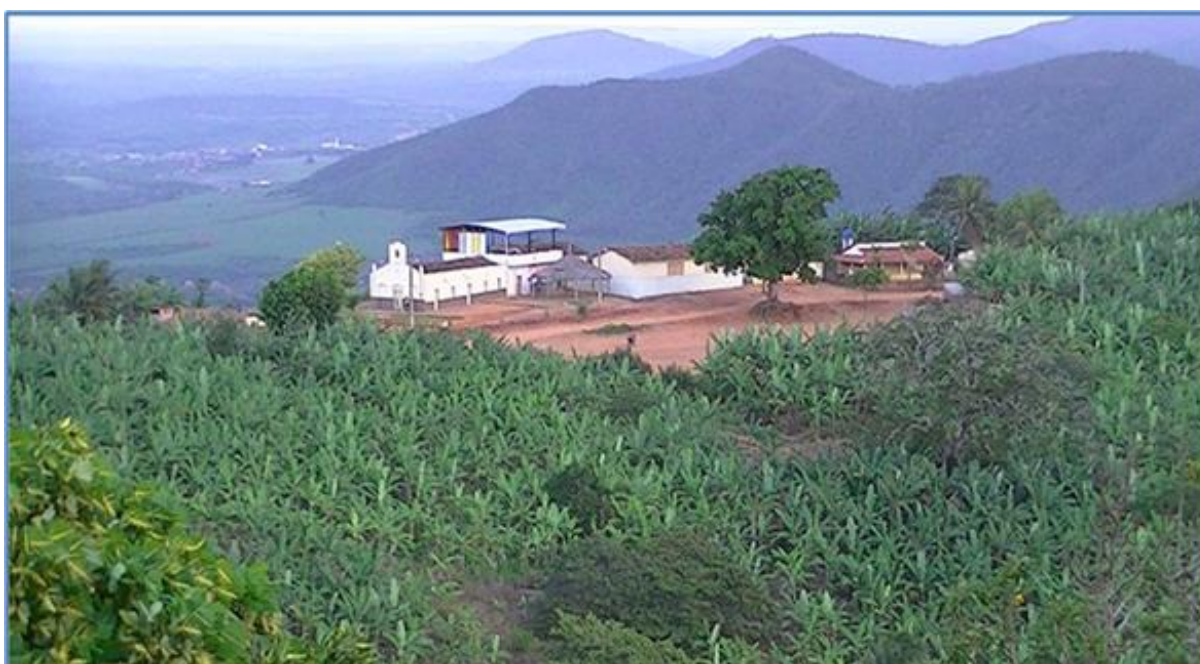
O fator climático do quilombo também se aproxima em muito ao das altitudes mais elevadas do maciço, sendo assim beneficiadas pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Com maiores ocorrências de chuvas, também interfere no clima fazendo com que a sua temperatura seja mais baixa e agradável do que a da sede do município, principalmente à noite.

Este evento natural proporciona à comunidade uma produção agrícola diversificada entre a cultura de subsistência¹⁸ e a comercial, com prioridade para o cultivo da banana prata, que ocorre durante o ano sem precisar de irrigação. Segundo o professor Evandro Clementino, presidente da associação, a produção de banana varia entre 800 a 900 milheiros por semana, calculando a produção máxima de 900 milheiros por semana, a produção anual é de aproximadamente 43.200 milheiros.

¹⁸Agricultura de subsistência tem como objetivo a produção de alimentos para suprir as necessidades alimentares do agricultor e de sua família e o excedente da produção e o que lhe garante recursos para sua manutenção até a próxima safra.

A ampliação do cultivo da banana na comunidade tem o seu início marcado em meados da década de 1990 e ocorre em substituição à produção de Urucum, que teve o seu preço em baixa naquele período, e como a banana se apresentava como uma alternativa mais viável e com terreno e clima mais propício para o seu desenvolvimento. Desde então, a banana produzida na comunidade só vem melhorando na qualidade, e sua produção aumentando e gerando um impacto ambiental na comunidade.

Figura 5 — plantação de bananeiras, ao fundo Igreja, palhoça, escola e ponto de cultura.



Fonte: Arquivo da comunidade, 2019.

Com a necessidade do aumento da produção, o desmatamento de áreas de encostas da serra ocorre de maneira desenfreada e sem que a associação consiga dialogar para que se tenha um controle ou se busquem alternativas sustentáveis.

A associação promove atividades de formação e conscientização para a comunidade, incentivando a produção na quadra chuvosa na fazenda Manos Kolping. Toda a produção coletiva é feita na fazenda, o que ainda não é suficiente para evitar a degradação ambiental na serra. É perceptível que o processo de degradação acontece principalmente por práticas de pessoas que não têm a sua origem na comunidade e que começaram a chegar no final dos anos de 1990, que não comungam do mesmo sentimento pela comunidade. Outro perfil observado é em relação ao desmatamento, visualizado em homens com idade superior aos 40 anos que têm pouca ou nenhuma participação nas organizações promovidas pela

comunidade e que não tiveram as mesmas oportunidades educacionais que os mais jovens tiveram em tempos recentes.

Vale ressaltar que a maior parte da produção de banana está concentrada “nas mãos” de cinco ou seis núcleos familiares que detêm a concentração das maiores propriedades do quilombo. Algumas dessas famílias chegaram na comunidade em meados dos anos 1990 e por ali se fixaram. Devido a comunidade ainda não exercer o controle da terra por meio da desapropriação, o que deve acontecer mediante as garantias legais, descrita no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT):

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Incide sob o artigo 68 a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a função de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, em conformidade com o artigo 3º do Decreto N.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, nos incisos § 1º e § 2º, do mesmo artigo, se descrevem os procedimentos e as ações a serem desempenhadas para a garantia da lei:

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente (LEGISLAÇÃO SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS, 2014, p.119).

No entanto, em diálogo com o INCRA, sediado na cidade de Fortaleza (CE), o setor *Quilombolas* da entidade afirmou que o processo previsto nos artigo 3º e nos incisos § 1º e 2º foram paralisados a pedido da comunidade, conforme consta em relatório da reunião realizada pelo INCRA na comunidade entre os dias 11 a 13 de março de 2015, momento em que uma equipe do órgão formada por três membros — sendo um antropólogo, que também é Coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional do Ceará SR-02, um engenheiro agrônomo e um Engenheiro Cartógrafo que também exerce a função de chefe substituto da SR-02 — realizava o diagnóstico da comunidade para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Dentre os principais objetivos a serem observados pelos representantes do INCRA da comunidade, o primeiro era saber o nível de organização dos processos de regularização fundiária das terras da comunidade. O segundo ponto era saber qual a deliberação da comunidade em relação à proposta do INCRA em dar início ao trabalho de campo da produção do RTID da comunidade. No dia 11 de março de 2015, no segundo dia da visita técnica, os servidores do INCRA fizeram um levantamento das coordenadas geográficas da Serra do Evaristo para a elaboração de um croqui do território para que o órgão tivesse uma dimensão do tamanho da área. No entanto, quando solicitado ao setor quilombola da SR-02, a informação repassada pelo órgão é de que o croqui não existe.

Outra informação relevante é que no período da tarde do dia 11 de março de 2015 a equipe técnica se reuniu com os dirigentes da associação da comunidade e com representantes de duas comunidades vizinhas, os Carões e Castelos, comunidades formadas por negros, mas sem a identidade quilombola. Na ocasião, os representantes do INCRA buscaram compreender se uma possível desapropriação da serra interferiria nas respectivas comunidades. De acordo com o relatório técnico (em anexo), na reunião foi esclarecido o que é a “Identidade Quilombola” e o “Território Quilombola”. Os esclarecimentos foram feitos pelo antropólogo da SR-02, em seguida houve uma exposição sobre os procedimentos para a demarcação, delimitação e demarcação do território quilombola e das competências do INCRA.

Nesse processo, os representantes do INCRA expuseram quais vantagens e como ocorreria os desdobramentos do trabalho de regularização e de ocupação das terras. Na ocasião, também foram esclarecidas a metodologia utilizada pelo INCRA para as vistorias, avaliação e indenização dos imóveis particulares inseridos dentro do território quilombola. Após todos os esclarecimentos, ficou decidido que a diretoria da associação da comunidade convocaria uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia seguinte às 14 horas na igreja.

Na Assembleia foram discutidos os mesmos pontos da reunião do dia anterior, porém, com um número maior de representantes, 24 no total. No entanto, esse quantitativo era muito pequeno ainda em relação ao número de famílias que vivem na comunidade que é de 130. Durante a realização da assembleia, os representantes do SR-02, solicitaram que o INCRA iniciasse, em 2015, o trabalho de pesquisa de campo para a produção do RTID e para titulação do território. Os presentes na assembleia foram questionados pelo chefe substituto do INCRA, o senhor Sidney de Oliveira, se estavam esclarecidos e preparados para enfrentar os desdobramentos e as possíveis pressões que poderiam receber de proprietários de terras que terão os seus imóveis desapropriados e indenizados pelo Governo Federal.

A deliberação da maioria dos presentes na assembleia autorizou os inícios dos trabalhos do INCRA para regulamentação e desapropriação das terras no território da comunidade, conforme consta na Ata da assembleia da associação. Mesmo tendo sido deliberada pela assembleia, isso nunca aconteceu.

O INCRA não retornou à comunidade para dar explicações sobre as paralizações das atividades na Serra do Evaristo. Nas conclusões do relatório do INCRA, do qual a comunidade nunca teve acesso, à equipe técnica descreve as impressões da assembleia dizendo que o quilombo está relativamente esclarecido sobre o *Programa Brasil Quilombola*¹⁹, mas não se apresenta suficientemente mobilizada e organizada.

As lideranças são descritas como frágeis e no relatório consta que o presidente da associação votou contra o início dos trabalhos de demarcação. Outro problema é a existência de uma propriedade particular que foi adquirida por uma família branca que migrou para a comunidade há mais ou menos 20 anos e fez várias feitorias no local, e alguns de seus descendentes se casaram com pessoas quilombolas. No entanto, os mais velhos dessa família não aceitam a ideia de território, o que deixa a maior parte das pessoas em situação de não opinarem, justamente por medo de receber pressão externa, ou até mesmo interna.

Na Ata da assembleia, redigida pelo secretário da associação comunitária, observamos que o texto base utilizado pelo INCRA para o relatório geral é o mesmo que está redigido na Ata da associação. Na Ata consta que a comunidade autorizou a SR-02 a iniciar os trabalhos de demarcação para criar o território quilombola (Ata em Anexo). Como a topografia dá área nunca foi realizada, e o processo de titulação da terra não foi feito, órgãos como a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nem mesmo a própria comunidade faz ideia do tamanho da área do território.

Desde a assembleia em 2015 até o mês de abril de 2019 a comunidade nunca foi informada sobre o motivo da paralização dos trabalhos na área. Durante a realização desta pesquisa, todas as tentativas de diálogo junto ao INCRA em Fortaleza sobre a paralização do processo de demarcação da terra receberam respostas que se limitaram a destacar que nos últimos anos as ações foram voltadas para o conflito na comunidade Quilombola do Cumbe, no

¹⁹Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Plano é base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/programa-brasilquilombola-promove-a-cidadania-das-comunidades-no-brasil>. Acesso em: ago./2019.

município de Aracati, a aproximadamente 150 km de Fortaleza. Ainda de acordo com informações do próprio setor, o Quilombo do Evaristo seria o próximo da fila a ser acompanhado e dado a devida atenção para a elucidação da territorialidade.

No decorrer das visitas e diálogos com membros da comunidade, percebe-se que o assunto da desapropriação ainda provoca medo e insegurança em parte das famílias residentes no quilombo, uma vez que pode haver conflitos na comunidade ocasionados pelos proprietários locais que são contrários à titulação da terra. Os moradores temem ainda que eles possam ameaçar suas vidas e destacam a necessidade do INCRA demarcar o território pertencente à comunidade e garantir a segurança dos moradores.

2.4 A referência do ancestral e do ancião africano na construção do guardião da memória do Quilombo do Evaristo

As atividades organizadas pela associação têm uma participação maior de mulheres, jovens e crianças que participam em mais de um grupo, com atuação extensiva dentro e fora da comunidade. Os mais “velhos” os anciãos contribuem para a organização da comunidade, mesmo apresentando dificuldades de acessibilidades devido à idade elevada, pois muitos destes tem mais de 90 anos e um ou outro centenário.

Vale ressaltar que desde o surgimento da África os anciões exerceram um papel crucial como repositórios da sabedoria popular, sendo estes os principais condutores da vida em comunidade, por meio da união entre o passado, presente e futuro em uma troca de experiência. Considerando a importância ancestral do ancião africano com os guardiões da memória cultivados pela comunidade, guardado as devidas proporções suas similaridades e influencias junto aos mais jovens para atuarem no quilombo. Amadou Hampaté-Bâ²⁰, poeta do Mali destaca que “Quando morre um africano idoso é como se se queimasse uma biblioteca”.

Assim, compreende-se que autor expressa a enorme importância que o “velho” possui nas sociedades tradicionais africanas. Nestas sociedades estes exercem a função da transmissão oral de conhecimento para às demais gerações, vivenciadas por ele em sua

²⁰ Mestre da tradição oral africana que, nos últimos anos de sua vida, fez repousar, sobre as páginas de sua autobiografia, as histórias vivenciadas desde a sua infância até sua juventude: Amkoullél, o menino fula. Baseado nas lembranças faz um relato de fatos memoráveis que marcaram sua trajetória, e embora publicados a título póstumo, eternizaram a força da palavra na tradição oral africana. Bâ (2003), como um “homem de conhecimento”, lança um olhar sobre a África que se move de dentro para fora e focaliza toda a diversidade e riqueza que compunham suas experiências infanto-juvenis.

comunidade ao longo do tempo e são estes os responsáveis por manter viva a memória dos ancestrais.

Ponderando a grande relevância que os idosos estabelecem nessas comunidades como guardiões da memória. Os anciões são símbolo de autoridade e ocupam um lugar bem definido dentro de sua categoria social: repassar a sabedoria de seus ancestrais e de perpetuar a sua cultura.

2.5 Qual o papel do ancestral na cultura africana

Pensar historicamente e de forma abstrata no tempo espaço, as relações estabelecidas tanto coletivamente como individualmente nas relações interpessoais ,partindo do princípio de que há uma necessidade humana de explicar o mundo por uma linguagem, que responda suas necessidades momentâneas e a construção de uma moral singular, que atenda ao princípio da vida social de um determinado grupo, podemos perceber que a construção do pensamento religioso africano contribui com a construção cultural de muitos povos em todo planeta, principalmente no que se refere às grandes indagações que se propõem a responder questões da origem humana e do universo de uma perspectiva metafísica. Desse ponto de vista percebesse um traço comum nas diversas religiões, a construção simbólica do universo e a hierarquia do poder divino, essas características são comuns tanto nas religiões politeístas como nas religiões monoteístas e apresentam se como um elemento de construção do poder por meio da autoridade divina.

Neste contexto a construção do sagrado se configura de maneira diferente no tempo e espaço histórico de forma singular única, porém com muitos elementos internos e externos determinantes a construção etimológica da palavra religião, o que não descaracteriza a ideia de religião concebida anterior a etimologia da religião, como exemplo dessa ideia de construção podemos citar o continente africano e sua trajetória antropológica e a tentativa de desconstrução de sua filosofia pelo dominador europeu durante séculos, ou seja, a construção religiosa não é só uma criação metafísica, ela se caracteriza também por uma construção de uma moral. Nesse caso uma moral do dominador e do sagrado como forma de dominação ideológica estabelecendo uma condição de inferioridade que de acordo com Kwasi Wiredu²¹ o colonizador europeu de forma intencional e descarada por meio de sua ignorância difundiu que a mente

²¹ Filósofo ganense Kwasi Wiredu.

africana estava em uma condição muito rude para ser capaz de um sentimento ou percepção religiosa.

Neste sentido muitos autores africanos vêm se debruçando nas últimas décadas na construção da história da filosofia da religião africana e na sua pluralidade de elementos que inclusive são base para o surgimento filosófico e teológico fundamental para grande parte das religiões da atualidade e elemento ativo na filosofia grego romana.

O fator preponderante na relação com o sagrado das religiões africanas é a reciprocidade divina com a ancestralidade e a valorização do conhecimento extraído dessa relação do senso comum do nativo africano de que os ancestrais são os guardiões extramundanos da moralidade e toda a sua preocupação e cuidar dos assuntos dos membros vivos de suas famílias, recompensando a conduta correta e punindo o seu oposto, com justiça inquestionável, ao mesmo tempo em que, em todos os momentos, trabalham para o bem-estar deles.

Na cosmovisão africana a relação metafísica da religiosidade e suas concepções apresentam não só a interpretação abstrata espiritual, mas também uma razão filosófica construída em sociedade por meio de uma moral humanista disseminada pelas relações humanas das ancestralidades.

A ancestralidade africana se constrói pela relação bilateral com a figura do ancião, porém ambos são preponderantes nas suas relações construtivas nas sociedades africanas, não podendo um existir sem o outro, pois a construção do sagrado se dá justamente pela vivencia, experiência de vida adquirida pelo ancestral quando encarnado, os elementos de sua vida como cultura, tradições e princípios morais irão acompanhá-los no mundo espiritual e serão elementos da ponderação de uma nova moral a ser estabelecida em sociedade. Sempre com o princípio de que é fundamental o respeito ao ancião, já que este é o responsável pela propagação e defesa do ancestral no mundo terreno.

2.6 A relação do ancião com o ancestral

O ancião tem uma representatividade essencial e didática em seu grupo, é ele o responsável pela ligação do mundo da matéria e o mundo espiritual, é no ancião que se encontra primeiro a ancestralidade e a sua importância para o fortalecimento da comunidade. Em muitos

estudos acerca da cosmovisão desenvolvido por africanistas²² é perceptível esta falta de entendimento da interação do ancestral com o ancião, na leitura dos africanistas, talvez seja pela falta de abstração das religiões ocidentais ou pela sua organização hierárquica das divindades por meio de atribuições mediante a funções que cada representação santificada pela igreja possa desempenhar de acordo com as atribuições das quais foram destinadas.

Nas religiões africanas ela se opõe as ideias de ordem e hierarquia das religiões dominantes do ocidente, os africanos não tem santos, e não veem isso como algo relevante para que consigam um intercessão no mundo espiritual, pois o africano mantém uma relação mais pessoal com o ancestral, por meio de parentesco ou pelo convívio comunitário quando em vida do ancião, dessa forma o africano vê nesta relação pessoal uma laço de ligação muito mais forte entre ele e o mundo espiritual.

A religião africana na sua amplitude se revoluciona ao passo que há uma mudança constante de paradigmas no campo da moral constituída pelas comunidades africanas, assim cada comunidade tem sua moral, no entanto sua raiz está no respeito ao seu grupo. E a essa mudança de paradigma dá se pela constante passagem de ancião á ancestral, por meio desta passagem que ocorre com a morte o ancião que antecedeu seu ancestral e terá elementos de uma moral de seu tempo no mundo espiritual, no entanto o ancestral que o antecede não e desvalorizado e não deixa de existir.

Neste recorte sobre a religiosidade africana, constatamos que a existência espiritual do ancestral que é fundamental para o fortalecimento da cultura do ancião nas comunidades africanas, por outro lado o ancião tem o seu respeito inquestionável por meio da espiritualidade da tradição da ancestralidade que mesmo no mundo espiritual tem uma ação real por meio da moral na vida real nas comunidades africanas.

A relação do mundo real com o mundo espiritual é objeto que intriga o ocidente e os africanistas, pois no processo de colonização do continente Africano os europeus utilizaram-se da máxima da desvalorização dos elementos do conhecimento, filosófico, metafísico e de sua tradição cultural dos colonizados na tentativa da construção de uma ideia de superioridade religiosa europeia, o que foi refutada por Kwasi Wiredu:

Não devemos presumir que ter uma religião é necessariamente uma vantagem moral ou intelectual. Alguns dos primeiros visitantes europeus à África, partindo, ao que parece, principalmente de uma descarada ignorância, opinaram livremente que a mente africana estava em uma condição muito rude para ser capaz de um sentimento

²²Trabalhamos aqui a ideia de que africanistas são autores e escritores de temas relacionados a cultura, história, a política, a religião e outros assuntos da realidade dos povos Africanos, no entanto estes autores não são nascidos no continente Africano sendo assim denominados de africanistas.

ou percepção religiosos. Em contraste, muitos estudiosos africanos têm demonstrado interesse em provar que os povos africanos, por suas próprias luzes não suplementadas, foram capazes de desenvolver uma crença em Deus – e assuntos relacionados –, bem antes de um europeu pisar em África. (WIREDU, p.1).

Mesmo nos dias atuais, tendo esta informação da construção de uma religiosidade africana sólida com base numa filosofia africana de valorização de uma moral coletiva e em constante transformação por meio da superação de paradigmas, ainda assim é possível observar por parte do ocidente, principalmente de setores mais conservadores do cristianismo uma propagação negativa das religiões de matriz africana e da religiosidade.

Diante do exposto, o Brasil pode ser citado como exemplo, com uma população que supera os 200 milhões de habitante, localizado na América do Sul, sendo o último país do mundo a acabar com a escravidão negra em todo seu território só no ano de “1888” e sendo considerado o país com maior população negra fora do continente Africano e o segundo em população negra no mundo atrás somente da Nigéria no continente Africano. É interessante nos questionarmos o porquê da falta de uma crença difundida do respeito ao ancião e na ancestralidade oriunda de nossas raízes antes do sequestro de nossa força de trabalho nos territórios Africanos para o território brasileiro a partir do século XVI.

São muitas as considerações a serem dialogadas, entretanto as conclusões sempre serão as mesmas, a de uma intervenção nas culturas dos povos africanos escravizados, promovendo a desqualificação por meio da degradação moral dos elementos que constituem a cultura dos diversos povos do continente africano, e quando não o suficiente a coerção pela força bruta.

É obvio que a resistência ocorreu de diversas formas e com contornos históricos diferente no tempo e espaço. Na atualidade as diversas formas de manifestações tanto no campo das tradições culturais e religiosas ainda é preciso resistir ao preconceito enraizado em nossa cultura pelo dominador, preconceito este presente principalmente nas manifestações religiosas como o catimbó²³, umbanda²⁴, quimbanda²⁵ e muitas outras manifestações.

²³ A expressão "Catimbó" é um dos nomes que identificam um conjunto específico de atividades culturais e mágico-religiosas, além de aspectos míticos, cosmológicos e teológicos originários dos nativos da Região Nordeste do Brasil ". Acredita-se que esta religião surgiu através de indígenas agregaram e fundiram, à "ciência" de origem africana, trazida pelos negros que foram escravizados.

²⁴Religião afro-brasileira, que sincretiza o catolicismo, espiritismo e as religiosidades africana, indiana e indígena, e é por muitas vezes confundida com o Candomblé e a Quimbanda, porém possui princípios, ensinamentos e rituais que a diferencia das demais.

²⁵A Quimbanda é uma religião de matriz africana que tem como prática o culto direto às almas de pessoas falecidas e entes queridos — o Culto de Egun — e, com isso, à ancestralidade de seus iniciados, da comunidade em torno do Terreiro e, por que não, de todo o povo negro do Brasil e das Américas.

Do período colonial brasileiro até o segundo reinado, talvez o único espaço em que as tradições africanas pudessem ocorrer de forma mais natural eram nos quilombos onde sua identidade étnica e interação na vida comunitária poderiam ser ampliadas e valorizadas por meio de seus iguais e a busca pelas suas origens. Vale destacar que os quilombos sempre foram espaço de resistência à imposição da força do dominador, a sua organização estrutural era muito parecidas com os modelos dos quais eles conheciam da tradição africana, sempre difundida por meio da oralidade dos mais idosos para os mais jovens ou pelos escravos recém chegados do continente africano, percebemos com isso que cada quilombo no Brasil se organizaria de acordo com a tradição da influência cultural da maioria e outros elementos tanto da cultura quanto da filosofia e da cosmovisão seriam agregada, assimiladas por interesse do grupo.

Considerando todos os aspectos culturais, religioso e filosóficos da tradição Africana é perceptível sua influência na sociedade brasileira e principalmente nas comunidades remanescentes de quilombos como A serra do Evaristo, onde há um pertencimento as suas raízes africanas diante da valorização dos anciões denominados na comunidade como guardião da memória²⁶.

Dentre as várias ações desenvolvidas pela comunidade o guardião da memória é o que apresenta o resultado de valorização histórica de pertença e unidade do povo que ali vive, ou seja, uma ressignificação que está presente na espiritualidade africana e que como já dissemos tem sua origem no respeito mútuo do mundo físico e da ancestralidade.

Este compromisso com o ancião na comunidade acontece de forma frequente em espaços como a escola, reuniões da associação ou em atividades da comunidade, geralmente se organiza uma comitiva de anciões “guardiões da memória” onde se faz o resgate da história sempre lembrando os mais jovens da importância da luta para as conquistas da comunidade e de sua inserção na sociedade baturiteense.

Os guardiões sempre ressaltam por meio da oralidade a necessidade da vida em comunidade, a necessidade de preservação dos espaços da comunidade, das atividades artísticas religiosas da comunidade como a dança de São Gonçalo e a festa da coroação de Maria que acontece no mês de maio e é a festa da padroeira mais festejada do que a de nossa senhora da Conceição que acontece no dia 08 de dezembro com atividades que envolvem a maior parte da comunidade já que em sua maioria se declaram católicos.

Os dias que antecedem a celebração de nossa senhora da Conceição (Iemanjá no sincretismo religioso), são de muitos afazeres e com um envolvimento muito grande na

²⁶ Sujeitos sociais mais idosos que detém o conhecimento histórico da comunidade e os repassam por meio da oralidade.

comunidade tanto na preparação das novenas que acontecem durante nove dias seguidos com o culto à santidade e o debate de temas relevantes tanto de cunho político, social, cultural ou qualquer outro debate da conjuntura local, nacional e até mesmo internacional desde que seja de interesse na interpretação do grupo responsável pela organização da noite da novena. Esta proposta de organização vem da experiência e atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁷ da igreja católica onde a responsabilidade é de todos por incentivo dos anciões da comunidade, assim cada dia da novena tem um grupo responsável, um dia são as mulheres, no outros os jovens, as crianças, os homens, e todos os outros grupos organizados da comunidade.

É importante destacar que tudo acontece com muita disciplina e responsabilidade, os mais jovens sempre se preocupam que suas atuações atendam às expectativas dos mais idosos. Esta preocupação vai passando conforme se aproxima a culminância dos festejos da padroeira que ocorre com uma celebração que lota a pequena igreja da comunidade, no dia a euforia toma de conta, podemos observar todos os envolvidos na organização que apesar de preocupados estão sempre com o sorriso estampado no rosto, com o fim da celebração que tem um duração próxima de duas horas, por fim as pessoas saem da igreja se aproximam da palhoça, para assistirem a roda de capoeira e a batucada do grupo de percussão de jovens da comunidade.

Nesta descrição podemos perceber como a espiritualidade e a ligação dos mais jovens com os mais idosos e que ela é fundamental para a formação da moral e da pertença destes jovens à comunidade, mesmo os nativos da comunidade que por questões econômicas migraram do quilombo sempre fazem questão de estarem em atividade de interação social da comunidade e ressaltam de maneira a entender que o sentimento se dá pelas pessoas que ali estão e por aqueles que já se foram e que entendem da importância da preservação dessa memória para os mais jovens.

2.7 De ancião a ancestral

A valorização dos guardiões da memória no plano físico acontece também no plano espiritual, por meio da ancestralidade e o seu destaque do plano espiritual acontece a medida de sua intervenção no plano físico, quanto maior a atuação dentro do coletivo maior a atuação pós vida. Visando esta valorização no ano de 2017 a comunidade requereu junto a câmara municipal de Baturité a mudança de nome da escola da comunidade de “15 de novembro” para

²⁷Grupos de cristãos leigos, geralmente pobres, que se reúnem regularmente, nas casas de famílias ou em centros comunitários, a fim de ouvir e aprofundar a Palavra de Deus, alimentar a comunhão fraterna e assumir o compromisso cristão no mundo.

“Osório Julião”, a ação surge como forma de valorização de seus ancestrais e ao reconhecimento de suas práticas para o bem comum da comunidade. O senhor Osório Julião nascido no dia 28 de junho de 1899 e falecido no ano de 1996 aos 97 anos, é sempre lembrado como uma pessoa preocupada com o bem do coletivo, muitos contam que na década de 1940 ele utilizou recursos próprios contratando uma professora para subir a serra e alfabetizar suas filhas e filhos ,e outros jovens. Alguns anos mais tarde o senhor Osório doou um terreno para que se construísse a capela da comunidade, um posto de saúde e uma escola, hoje nesta mesma área também se encontra o ponto de cultura, a palhoça e outros espaços coletivos da comunidade.

Nessa mesma perspectiva a exemplificação de anciões que se tornam ancestrais e mantêm forte influência sobre os membros da comunidade, destacamos Maria de Lurdes da Conceição, membro da família Venâncio e mais conhecida como Mãe Feliciano. Considerada por todos um exemplo a ser seguido e referendada nas celebrações que ocorrem na capela da comunidade. Mãe Feliciano em vida exercia diversas atividades na comunidade alguns afirmam que ela era uma das maiores incentivadoras da dança de São Gonçalo²⁸, de atividades religiosas e uma grande entusiasta da organização comunitária. Mãe Feliciano “Mãe de todos se dá no exercício de sua atividade de parteira da comunidade todos que nasceram pelas mãos de Dona Maria de Lurdes a chamam de mãe, nascida no ano de 1912 e falecida no ano de 2005 aos 93 anos de idade, e muito lembrada nas atividades religiosas como alguém que antecede por eles . Ver foto nossa Senhora da Conceição e mãe Feliciano.

²⁸Dança religiosa de origem e aculturação portuguesa, inicialmente apresentada nos templos religiosos católicos, com o objetivo de catequizar os pecadores. Foi considerada de caráter mundano, sendo proibida pelas autoridades, passando a ser cantada e dançada nas zonas rurais principalmente em áreas remanescentes de quilombos. É dançada só por mulheres que se vestem todas de branco com exceção das duas guias que se vestem de azul, os homens participam tocando instrumentos como violas, sanfona tambor, no entanto o principal instrumento é a viola, as danças são feitas com o objetivo de pagar promessa. (Imagem anexada)

Figura 6 — Imagem de Nossa senhora da Conceição e da Mãe Feliciano em posição de destaque e no altar entre o sacrário no lado direito temos Santo Antônio e do lado Esquerdo São Gonçalo.



Fonte: Arquivo da comunidade, 2019.

Quando a idade pesou para mãe Feliciano e ela não teve condições de fazer muitos partos e Dona Maria Julião conhecida como Ester, apelido que ela mesma desconhece a origem, passa a fazer os partos na comunidade e também a ser reconhecida como mãe Ester. Com a aposentadoria de mãe Feliciano no início dos anos de 1980, Mãe Ester passou a ser a única parteira da comunidade onde exerceu a atividade do início dos anos de 1960 até o início da década de 1990, quando a estrada que liga a comunidade da Serra do Evaristo até a cidade foi ampliada e os partos passaram a ser feitos no hospital da cidade.

Mãe Ester não vive mais na Serra do Evaristo, hoje ela tem 92 anos e vive na periferia de Baturité, no entanto o respeito dos que nasceram pelas suas mãos é grande e todos a tratam de mãe. Mãe Ester é a filha do segundo casamento de Osório Julião com Adalgisa Ferreira onde o casal teve seis filhos quatro mulheres e dois homens um já falecido, os filhos do segundo casamento nenhum vive mais na serra, só a única filha do primeiro casamento de Osório Julião com Brigina Rodrigues da Rocha a Francisca Julião conhecida como tia Tica vive na serra e é a anciã mais antiga ainda viva prestes a completar 94 anos no próximo dia 15 de novembro de 2019. Tia Tica não teve oportunidade de conhecer a sua mãe, pois essa morreu de complicações no parto e na época era comum um homem viúvo com uma criança recém-nascida buscar um novo casamento para que a mulher tomasse de conta da criação dos filhos do marido.

Os anciões e os ancestrais sempre são destacados nas atividades da comunidade, evidenciando a presença de elementos da cultura e tradição africana em meio as várias atividades desenvolvidas por crianças, jovens, e adultos no Quilombo do Evaristo.

Figura 7 — Celebração campal da consciência negra



Fonte: Arquivo da comunidade, 2018.

Como observado na figura 6, muitos elementos da tradição Africana e Afro-brasileira simbolizando a origem do povo da comunidade estão representados na celebração campal em alusão a semana da consciência negra. Na parede da igreja uma imagem de Dandara²⁹, mulher guerreira, símbolo da luta e resistência do negro escravizado durante o período colonial brasileiro sempre evocada e festejada pela comunidade como uma ancestral de todos os afrodescendentes.

A escola cumpre um papel importante na valorização dos anciões e dos ancestrais de maneira que todos os jovens da comunidade em idade escolar, conhecem os ancestrais e os anciões como podemos observar no painel exposto na escola Osório Julião e em outras manifestações da comunidade e da escola.

²⁹Guerreira do período colonial do Brasil, Dandara foi esposa de Zumbi, líder daquele que foi o maior quilombo das Américas: o Quilombo dos Palmares. Com ele, Dandara teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogfíton. Valente, ela foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa do quilombo. Sempre perseguindo o ideal de liberdade, Dandara não tinha limites quando o que estava em jogo era a segurança do quilombo e a eliminação do inimigo. Ela defendia que a paz em troca de terras no Vale do Cacao, que era a proposta do governo português, seria um passo para a destruição da República de Palmares e a volta à escravidão. Suicidou-se depois de presa, em seis de fevereiro de 1694, para não voltar na condição de escravizada. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/>

Figura 8 — Guardiões da memória



Fonte: Acervo da comunidade, 2019.

Na figura só o senhor Tico Manduca de 93 anos é ancião, os outros já viraram ancestrais. Suas imagens estão espalhadas por toda a escola e os estudantes têm consciências de quem são, e o que representam para a comunidade.

2.8 O museu comunitário da serra do Evaristo

Museu Comunitário da Serra do Evaristo, fundado em setembro de 2013 abriga o acervo arqueológico fruto de pesquisas e escavação coordenadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - CE. As escavações tiveram início em março de 2012, onde foram coletados inúmeros vestígios materiais pré-históricos no sítio funerário. As ações realizadas fazem parte das reivindicações da própria comunidade, o processo das escavações até a construção do museu foi coordenado pelo IPHAN - CE e pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE em parceria com a Associação comunitária que participou de todo o processo, havendo uma participação maior dos jovens nas escavações e dos adultos na construção do museu.

Para que os jovens participassem das escavações o IPHAN e a UFPE ofereceram um curso de restauração de cerâmica arqueológica através da empresa Arqueosocio Consultoria em Arqueologia e Sociologia, os jovens que se destacaram no curso foram integrados à equipe de arqueólogos responsáveis pelas escavações.

Durante as escavações foi encontrado um esqueleto humano que, de acordo com as observações iniciais dos arqueólogos aponta para um “indivíduo adulto, com mais de 50 anos de idade. Com estas descobertas arqueológicas está sendo possível estudar os modos de vida das populações que habitaram a área, especialmente aqueles relacionados às práticas funerárias. Os visitantes do museu também poderão conhecer urnas funerárias, machadinhos de pedra

polida, fusos, entre outros inúmeros vestígios arqueológicos com mais de 700 anos, que compõem o acervo. O museu é administrado pela comunidade com acompanhamento do IPHAN - CE, a decisão de quais peças entram na exposição e quais ficam na reserva técnica é de responsabilidade de uma equipe de membros da associação comunitária mais alguns jovens que foram preparados para guiarem as pessoas durante a visita ao museu.

Figura 9 — Museu comunitário da Serra do Evaristo.



Fonte :Imagem do arquivo da comunidade 2018.

O grande incêndio que ocorreu na noite do dia 02 de setembro de 2018 que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro também afetou as pesquisas relacionadas ao museu comunitário da Serra do Evaristo pois amostras de osso que estavam no Museu Nacional seria a base para a conclusão de pesquisas. O que tinham como objetivo de identificar a dieta do grupo pré-colonial que ocupava a serra cearense por volta do ano de 1.300, a pesquisa também contribuiria para entender todo o processo de ocupação do território cearense Segundo informações repassadas para a Comunidade Quilombola o material se perdeu no incêndio assim como todo os outros materiais que estavam no laboratório do museu. A relação das amostras cedidas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro da amostra se encontra em anexo.

Figura 10 — Amostra das escavações do sítio arqueológico da Serra do Evaristo cedida ao Museu Nacional do Rio de Janeiro.



Foto: Vinícius Franco, 2018.

3 RECUOS E AVANÇOS NAS PRÁTICAS DA COMUNIDADE

A metodologia que utilizei para a pesquisa me possibilitou obter uma perspectiva holísticas, o que me levou a observar outros sujeitos da comunidade até então despercebidos pela pesquisa, e que eu não havia encontrado em outras referências bibliográficas e pesquisas acadêmicas realizadas na comunidade. No momento em que me deparo com essa nova possibilidade percebo inúmeros conflitos existentes e uma interferência externa de diferentes grupos políticos com ações e práticas pontuais com interesse de obter vantagens na comunidade, principalmente eleitorais.

Os agentes externos envolvidos nesse processo dificilmente aparecem para exporem seus objetivos, eles os fazem pelo cooptação por consentimento ou em muitas das vezes por subterfúgios escusos como a troca de favores por consultas médicas, compras de remédios entre outros. Como o Estado, por meio de políticas públicas, não chega no interior do país, e quando chega é ineficaz, as pessoas com menos entendimento entendem que ficam em dívidas com quem lhes fornecem favores, e se sentem obrigadas a buscarem formas de recompensá-las, possibilitando assim a intervenção destes agentes na comunidade.

Outros agentes externos presente nas comunidades são as Organizações não governamentais – ONGs, algumas mais presentes com atuação no cotidiano da comunidade outras mais ausentes, porém com ações que não passam despercebidas na comunidade, geralmente essas organizações são ligadas ao movimento da Teologia da Libertação³⁰ da Igreja Católica e com grande representação popular no Brasil a partir dos anos de 1980.

Na comunidade também são vistos em períodos eleitorais, representantes partidários com pretensões a cargos eletivos, que veem na comunidade uma possibilidade de fortalecerem bases políticas eleitorais principalmente através do “toma lá dá cá”.

Compreender como é a atuação destes movimentos, ONGs, partidos políticos e governos municipais atuam nos ajuda a perceber o tamanho da complexidade da organização da estrutura da comunidade na sua identidade socio-histórico.

3.1 Agentes externos obra Kolping

³⁰A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres. É considerada como um movimento supra denominacional, apartidário e inclusivista de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

Como já vimos no segundo capítulo, a Obra Kolping surgiu em 1849, na Alemanha, como iniciativa do Padre Adolph Kolping. Tem como princípio desenvolver ações sociais assistencialistas por meio de captação de recursos de seus membros na Europa e o repasse mediante projetos de empreendedorismo nos quatro continentes que ela está presente — América, Europa, Ásia e África, ao todo 54 países com atuação direta da entidade, no Brasil. Chegou em São Paulo no dia 22 de junho de 1923, onde se formou a primeira Comunidade Kolping do país, chamada Associação Católica Kolping, que em 2008 completou 85 anos. Outras comunidades Kolping surgiram no Rio de Janeiro, em 1924, Em Itapiranga, Santa Catarina, em 193,1 e em Curitiba, no estado do Paraná, no início da década de 1940. Hoje está presente em 21 estados brasileiros. Este ano, no Ceará, completa 33 anos, ou seja, chegaram aqui em 1986 e atua em 20 comunidades nos municípios de Fortaleza, Pacatuba, Acarape, Baturité, Itapiúna, Mauriti, Tianguá e Limoeiro do Norte.

Na página eletrônica³¹ da entidade no Ceará é descrita como uma organização sem fins econômicos, que tem como missão a formação integral de homens e mulheres nos aspectos religiosos, profissionais, familiares, sociais, associativos, comunitários, culturais, recreativos e políticos, visando à transformação das realidades sociais através da formação, da ação social e da intervenção em espaços institucionais.

A Comunidade Kolping Serra do Evaristo surgiu dois anos depois que a entidade chegou no Ceará, ou seja, tem sua história entrelaçada com a organização estadual, tendo uma representação simbólica positiva em todo o território brasileiro e internacionalmente. Essa simbologia faz com que ações da entidade Estadual sejam organizadas na comunidade. A exemplo disso podemos citar a comemoração de 30 anos de atuação no estado, momento em que a Obra Kolping realizou a celebração de Ação de Graças em outubro do ano de 2016, na Serra do Evaristo.

A celebração contou com a participação das Comunidades Kolping dos estados da Região Nordeste e parceiros, além da presença do Presidente Nacional da Obra Kolping, senhor Wagner Carneiro de Santana, e outros representantes. O convite para a celebração na ocasião foi divulgado na página eletrônica da Arquidiocese³² de Fortaleza, de acordo com o convite abaixo.

³¹ Disponível em: <<http://kolping-ce.blogspot.com>>. Acesso em: ago./2019.

³² Disponível em: <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br>>. Acesso em: ago./2019.

Figura 11 — 30 anos Kolping no Ceará.



Fonte: Arquidiocese de Fortaleza, 2016.

A Obra Kolping do Ceará esteve presente na comunidade desde a fundação da associação comunitária, conforme podemos observar no nome “Comunidade Kolping da Serra do Evaristo”. A Ata de fundação da comunidade aponta que os trabalhos da Assembleia que deu origem à associação foram coordenados por membros da direção estadual da entidade.

A relação com a Obra Kolping possibilitou a comunidade avanços no desenvolvimento local e estimulou o desenvolvendo de políticas públicas pelo Estado. Como exemplo podemos citar a compra da fazenda Manos Kolping e a construção de cisternas de placas construídas em todas as residências locais com recursos angariados no exterior, tendo algumas famílias obtido recursos para a construção de mais de uma cisterna, de acordo com critérios estabelecidos pela entidade. Existem alguns programas de construção de cisternas com recursos do Governo Federal e Estadual para regiões do semiárido, destino os moradores da Serra do Maciço de Baturité não têm direito. Segundo análise dos técnicos dos órgãos governamentais, as cidades no topo da serra não são consideradas áreas de seca, e no caso específico de Baturité, como já vimos anteriormente, tem uma parte de seu território na serra e outra que se beneficia das chuvas que a região recebe durante o ano, por esse motivo os trabalhadores da Serra do Evaristo também não têm direito ao *Seguro Estiagem* do Governo Federal, causando prejuízos à comunidade que não tem reservatórios naturais de água.

A relação entre a comunidade e a Obra Kolping é descrita no Estatuto da Associação, o qual delibera sobre o seu caráter institucional, o ingresso na associação, a fé a

ser seguida, o patrimônio adquirido, quais medidas devem ser tomadas em caso de alienação de bens e quem assume as propriedades móveis e imóveis que estão registrados no nome da associação comunitária caso haja a sua dissolução.

Cap. I- Da denominação, sede, foro, finalidades e duração.

Art.1º- A comunidade Kolping da Serra do Evaristo é uma entidade da sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica e sem fins lucrativo, com sede e foro em Baturité, Ceará que tem como finalidade a organização do povo da Serra do Evaristo na defesa de seus interesses, na superação da atual situação de marginalização em que vive. Para tanto, não será permitida a discriminação de sexo, cor, condição social, nacionalidade, credo religioso ou político, e será norteadada pelos princípios e ideais de seu fundador, padre Adolph Kolping, os quais são seguidos pela Obra Kolping do Brasil (Estatuto da associação comunitária da serra do Evaristo).

Já no primeiro artigo do capítulo I, podemos analisar que a associação comunitária se compromete com os ideais do fundador da Obra, o padre Adolph Kolping, caracterizando uma contradição quanto à participação de pessoas com outras crenças religiosas, como poderemos ver na sequência dos artigos que tratam do ingresso na associação.

Cap. II- Dos sócios.

Art.3º- Parágrafo único. Os sócios efetivos precisam ter pelo menos 17 anos, e seu ingresso se dará por aprovação da maioria da dos presentes à última assembleia de cada mês, após passar por um período de iniciação e mostre profundo conhecimento da Obra Kolping e firme desejo de fazer parte. Obra Kolping do Brasil (Estatuto da associação comunitária da serra do Evaristo).

Mais uma vez é reforçado que quem assume o compromisso com a associação também assume o compromisso com a Obra Kolping e com os seus preceitos religiosos. O tempo destinado à iniciação não consta no estatuto, no entanto, no ato da fundação da associação foi criada a figura do assistente eclesiástico, que faz parte da direção executiva da associação e tem sua função definida estatutariamente.

Cap. II- Dos sócios.

Art.21º compete ao assistente eclesiástico:

- a) Dar assistência moral, espiritual e religiosa aos sócios da comunidade.
- b) Despertar e incentivar as ideias da comunidade Kolping (Estatuto da associação comunitária da serra do Evaristo).

Sendo a Obra Kolping uma organização fundada por um padre católico, fica evidente que sua moral se estabelece dentro dos preceitos da religião. Durante a pesquisa, as evidências de tal prática foram percebidas na estrutura física da comunidade onde a maioria dos espaços de convivência, de educação e de deliberação estão no entorno da igreja.

Figura 12 — Imagem utilizada para promover a comunidade nas redes sociais.



Fonte: Arquivos da comunidade, 2019.

Podemos perceber em destaque a igreja, com dois salões colados ao fundo, um utilizado como arquivo da comunidade, e outro a *Lan House* comunitária. Acima, o ponto de cultura quilombola, um espaço com aproximadamente 50 metros quadrados onde acontecem atividades culturais, palestras, atividades escolares e reuniões da associação. Ao lado do prédio, está a palhoça, espaço de convívio muito frequentado pelos membros das comunidades, principalmente em datas festivas. No mesmo terreno também temos a garagem do caminhão da associação, a escola e o posto de saúde, que não aparecem na imagem, mas estão interligados.

Muitas das atividades da comunidade acontecem no prédio da igreja e, dependendo do pároco, as relações podem ser de estranhamento e disputas, já que a comunidade também leva para as celebrações os seus ritos da tradição africana incorporados na moral espiritual e religiosa adquiridos junto à Obra Kolping.

Figura 13 — Celebração.



Fonte: Arquivo da comunidade, 2019.

Na celebração de abertura do encontro estadual que aconteceu na comunidade, podemos destacar nos elementos de ornamentação próximos ao altar, uma espécie de bandeira com o Mapa do Ceará contendo dentro do mesmo a imagem do Padre Adolph Kolping junto a elementos da cultura africana. Tecidos coloridos envoltos em um pote de barro cobrindo parte do chão como um tapete, de dentro do pote saindo um tecido menor com tons que contrastam com o maior representando a água. Sobre o tecido que cobre o chão podemos observar um balaio artesanal, a bandeira da Obra Kolping, uma maquete de uma cisterna de placa, com o que provavelmente seja a imagem do Padre Adolph.

Sobre a bandeira vemos uma bacia de barro e uma vela dentro de um suporte. Nesse contexto, compreendemos como a atuação religiosa se destaca dentro da comunidade. Porém, não percebemos que exista uma “ditadura” religiosa, já que membros de outras religiões cristãs que vivem na comunidade já assumiram a presidência da associação, ou a compuseram ocupando outros cargos. Durante a realização da pesquisa em nenhum momento percebi que na prática as pessoas fossem ou se sentissem obrigadas a fazer parte da Obra Kolping. Pelo contrário, os mais jovens gostam de participar, e os adultos e os mais idosos pouco participam.

A análise do estatuto também possibilitou o diálogo com outros capítulos e artigos do estatuto da comunidade, momento em que percebemos a complexidade desta relação entre Serra do Evaristo e Obra Kolping

Cap. III- Da administração e das competências.

Art. 16º Parágrafo único. A alienação de bens da comunidade da Serra do Evaristo somente se dará por prévia autorização da Obra Kolping do Brasil.

Cap. IV Dos patrimônios e rendas.

Art.-27- Extinta a comunidade nos termos do presente estatuto seu patrimônio social líquido respeitando as doações condicionadas a ela feitas, será destinada a Obra Kolping do Ceará, ou na sua eventual inexistência a época, a uma entidade congênita com personalidade jurídica conforme deliberação da assembleia geral de dissolução da entidade (Estatuto da associação comunitária da serra do Evaristo).

No artigo 16 vemos que, mesmo que a assembleia da associação comunitária delibere sobre a venda do patrimônio, ainda sim precisara do aval da Obra Kolping do Brasil, e caso não cheguem em acordo, a última decisão é da OKB. No artigo 27 consta que, com o fim da associação, o seu patrimônio social vai para a OKC ou terá outros encaminhamentos condicionados ao estatuto.

Ninguém na comunidade entende isso como um problema, já que a história da comunidade se entrelaça com a própria história da OKC. Muitos jovens participam de atividades e coletivos da entidade no Ceará e no Brasil, muitas vezes ocupando cargos de destaque na organização. E como já vimos anteriormente, a OKB e OKC contribuíram com a comunidade fazendo a função do Estado, o que deixa a comunidade muito grata.

Pontuamos algumas diferenças da OKB para OKC que percebemos durante a trajetória da pesquisa e que são fundamentais para traçarmos um perfil entre as entidades em âmbito nacional, estadual e local.

Para a análise da instituição, definimos o conceito de Organizações não Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais para pontuarmos as suas principais características e divergências.

Organizações não Governamentais (ONGs) são estruturas de iniciativa da sociedade civil, com natureza jurídico-legal privada, com atuação voltada às questões sociais mais gerais que propõem principalmente ações voltadas para as práticas de empreendedorismo comunitário como forma de erradicação da miséria. Mostra, assim, um compromisso com uma sociedade mais democrática e participativa, fortalecendo os movimentos sociais e, até mesmo, sindicais. Muitas ONGs também apresentam um caráter assistencialista e se afastam de organizações populares de reivindicação e lutas sociais.

Os movimentos sociais progressistas são agentes importantes de transformação social, responsáveis pela organização popular para o enfrentamento político com o Estado e seus controladores. Atuam em diversos seguimentos e se organizam entre si para fortalecerem e reivindicarem pautas comuns. Os movimentos sociais, em sua amplitude, lutam por demandas nas áreas sociais, culturais, econômicas e políticas, dentre outras. Para fortalecer essa ideia me utilizarei das palavras de Maria da Glória Gohn e de sua definição de movimentos sociais como:

Nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2004, p. 13).

Trazendo à tona esses conceitos de movimento sociais e ONGs, compreendo a atuação da Obra Kolping de forma distinta no território brasileiro. Enquanto em alguns estados a organização se limita às ações de políticas de empreendedorismo e assistencialistas, no Nordeste brasileiro essas ações se somam à luta e à participação social, dando a organização no Ceará uma característica de movimento social eclesialístico com atuação em sindicatos e movimentos sociais. As imagens a seguir mostram a diferença entre a atuação da Obra Kolping de uma cidade do estado de Minas gerais e da comunidade quilombola da Serra do Evaristo.

Figura 14 — Imagem da casa Kolping.



Fonte: Obra Kolping, 2019.

A imagem da comunidade *Kolping Rainha da Paz*, em Ribeirão das Neves (MG). É um espaço assistencial de educação voltada para o empreendedorismo e de apoio espiritual.

Figura 15 — Manifestação do dia 16 de maio de 2019



Fonte: Evandro Clementino Ferreira, 2019.

Acima, temos a imagem da manifestação do dia 16 de maio de 2019 na cidade de Redenção (CE) em frente à UNILAB. Organizada por estudantes universitários, com o apoio da sociedade civil e contra o corte de recursos destinado ao custeio das universidades públicas. Na foto, estudantes da comunidade quilombola da Serra do Evaristo. No dia da manifestação, a comunidade enviou uma comitiva com pais de alunos para participarem da manifestação em apoio à universidade pública. Ao mostrar as duas imagens a intenção não é criar juízo de valor, mais sim, mostrar que as atuações são diferentes de acordo com a prática cotidiana e da realidade de cada grupo.

3.2 Poder público e a comunidade da Serra do Evaristo

Historicamente, a relação entre a comunidade da Serra e o poder público da cidade de Baturité sempre foi complexa e conflituosa. Por muitas vezes, a comunidade ocupou a prefeitura e/ou prédios públicos para que as suas reivindicações fossem atendidas. Não raro, a comunidade contribuiu para a massificação de passeatas e mobilizações diversas na cidade e na região, de maneira que todos sempre se referem à comunidade e às pessoas que lá vivem como “de luta”.

Na gestão do atual prefeito da cidade de Baturité, o senhor Francisco Assis Germano Arruda, conhecido como Assis Arruda, também tem ocorrido de forma constante o enfrentamento com a comunidade, que alega não ter o atendimento mínimo das secretarias municipais. Os quilombolas denunciam negligência e descaso por parte das secretarias de

Educação e Saúde, faltando acompanhamento das secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Trabalho e Desenvolvimento Social e Fundação de Cultura.

Ainda na gestão anterior, do então prefeito João Bosco Pinto Saraiva, o Quilombo do Evaristo trava um embate com a gestão municipal. A comunidade ocupou o prédio da secretaria de finanças para reivindicar a contrapartida do município no projeto de construção de parte da estrada que dá acesso à comunidade. Em represália, o prefeito retirou da comunidade uma professora com lotação de 40 horas semanais, que cumpria 20 horas em sala de aula e 20 no Museu Comunitário. Essa funcionária tinha sido cedida ao museu com meio período para atender a uma demanda da comunidade, por ser uma pessoa com formação em nível superior que atuava junto ao núcleo do Museu Comunitário, no trabalho de autorreconhecimento da identidade étnica e no real conhecimento dos que ali vivem sobre a história de seus antepassados.

A professora Maria Rosilene Ramos foi a indicada pela associação para cumprir a tarefa, pois tinha todas as qualificações exigidas, com formação em Pedagogia e estudante do sexto semestre do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), fez o curso ofertado pelo IPHAN e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Escavações de Cerâmicas Arqueológicas. Além de ser filha da comunidade e membra da família de Julião, é neta de Osório Julião, patrono da escola, e filha da Mãe Ester, uma das parteiras da comunidade, ou seja. Em outras palavras, Maria Rosilene é uma quilombola. Em 2017, assume o novo gestor e a comunidade, por meio de ofício, solicita a continuidade do trabalho da professora, tendo o pedido negado pela atual gestão.

O museu perdeu a sua coordenadora e deixou de funcionar diariamente. Atualmente, as visitas têm que ser marcadas com muita antecedência para os finais de semana, o que causou enorme prejuízo para estudantes e pesquisadores. O IPHAN fez o pedido da liberação da professora para o museu comunitário e nunca recebeu retorno.

Existem outros dois museus na cidade, sendo um na entrada no bairro do Putiú, onde também funciona a Sede da Fundação de Cultura, um museu público, mantido pela Prefeitura, que conta a história da Estrada de Ferro de Baturité, e outro no Centro da Cidade, que pertence à família do atual gestor municipal e conta a história de sua família.

O Museu Comunitário da Serra do Evaristo conta com o apoio da comunidade e de visitantes que contribuem com uma taxa de cinto reais que é utilizada para a manutenção da instituição. Os guias geralmente são jovens e estudantes universitários (UNILAB) da própria comunidade, além de educadores e outras lideranças que acompanham os visitantes.

3.3 A Secretaria de Educação e a Escola Osório Julião

A lei garante que os estudantes quilombolas tenham a sua educação desenvolvida no seu território. O Quilombo do Evaristo, por meio de sua associação, vem, há alguns anos, tentando junto à Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) uma gestão compartilhada para a Escola Osório Julião, numa tentativa de melhorar a estrutura do espaço físico e impedir interferências externas político-partidárias nas atividades pedagógicas garantidas por lei.

Desde o início da gestão do prefeito Assis Arruda vem acontecendo no município a “nucleação”³³ das escolas. Durante o ano letivo de 2018 e 2019 a Secretaria de Educação tentou levar os alunos do Evaristo para escolas da Sede, o que gerou reação das famílias, jovens e lideranças locais. As lideranças convocaram o prefeito e o secretário de Educação para uma reunião na escola, e de posse da legislação que trata dos direitos e especificidades da escola quilombola, fizeram valer o seu direito. A atual gestão, por não encontrar na lei uma justificava que fosse aceita pelo Ministério Público, desistiu da ideia.

Hoje, por sugestão da comunidade do Evaristo, a escola Osório Julião recebe alunos a partir do sexto ano da vizinha localidade, Sítio Jordão. As famílias do Jordão preferiram que seus alunos do Ensino Fundamental II passassem a frequentar a escola do quilombo, mesmo a secretária de Educação da época alegando aos pais que os filhos receberiam uma educação diferente e que no futuro teriam dificuldades de entrarem na Escola Profissional ou em uma universidade, já que, na visão da mesma, o ensino na serra era mais fraco.

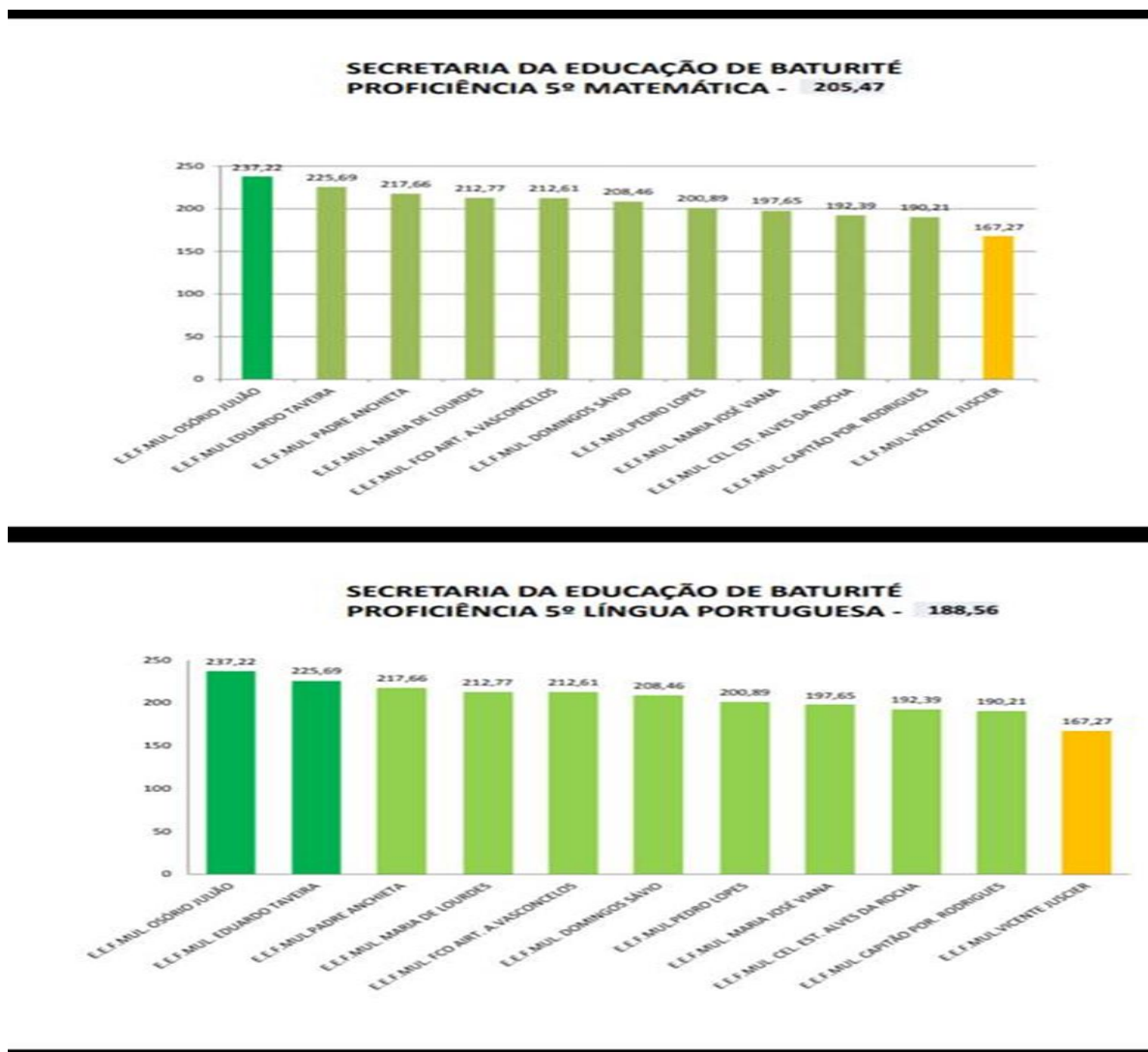
Em conversa com professores e professoras, fui informado que eles estão tendo que fazer reforço paralelo com os alunos que vieram da escola de Ensino Fundamental Francisco Airton Amora, do Sítio Jordão, para acompanharem o nível de aprendizagem dos alunos do Evaristo. A qualidade da escola Osório Julião foi comprovada com a divulgação das notas do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)³⁴,

³³Com as reformas no Ensino Fundamental promovidas pela LDB, objetivando a implementação da municipalização e universalização do Ensino Básico, optou-se pelo fechamento de diversas escolas multisseriadas, através do processo chamado de “nucleação”, que consiste em reunir os alunos das escolas desativadas em centros maiores. Ao passo em que se concentra maior número de alunos, viabiliza a separação em classes de acordo com a idade, elevando a qualidade do ensino. A “nucleação” de escolas deve ter como objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino oferecido, levando em conta os direitos básicos dos alunos, que uma vez retirado do ambiente comunitário e familiar onde nasceram e cresceram poderá trazer prejuízos à própria identidade cultural.

³⁴O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) é uma avaliação externa implantada em 1992 pela Governo do Estado do Ceará por meio da SEDUC. Tem como objetivo avaliar as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.

onde a escola da comunidade apresentou, pelo segundo ano consecutivo, o melhor resultado geral do Município, tanto nas provas de Matemática como nas de Língua Portuguesa.

Figura 16 — Proficiência 5º ano Matemática e Língua Portuguesa 2018.



Fonte: Secretaria de Educação de Baturité -CE / divulgação março de 2019, referente ao resultado de 2018.

Esse resultado impôs à segunda derrota à secretária de Educação e gerou confiança nos pais dos alunos da comunidade do Sítio Jordão, os quais enviaram os filhos para a escola da Serra.

Os resultados apresentados no gráfico são referentes ao 5º ano do Ensino Fundamental. A escola da comunidade quilombola também apresentou os melhores índices do município nas provas do 2º e 9º anos. Não apresentamos o gráfico do 2º ano porque não houve nucleação das turmas de alfabetização ao 4º ano e a Escola de Ensino Fundamental

Francisco Airton Amora não tinha turmas de 9º ano em 2017³⁵. Os professores sabem que terão dificuldades em manter este nível por conta da nucleação, pois precisam de tempo para a adaptação dos novos alunos. Porém, pelo que percebemos nas muitas visitas, foi que os estudantes já estavam bem engajados, confirmando que o esforço dos professores estava atendendo bem à expectativa de dar igualdade ao desenvolvimento educacional.

3.4 Secretaria de Saúde e a comunidade quilombola

O atendimento da Secretaria de Saúde do Município à comunidade também não atende às expectativas. Todavia, já foram feitas diversas reclamações junto à secretaria, sendo o problema exposto nos meios de comunicação da cidade e nas redes sociais como forma de fazer a prefeitura se manifestar. Até então, a comunidade não recebeu resposta nem mesmo das solicitações enviadas por ofícios. Desde dezembro de 2017 se tem o pedido protocolado na secretaria com renovação em julho de 2018. Quase sete meses após o primeiro, é feito o segundo pedido, também sem resposta. Sendo importante ressaltar que durante o intervalo desses pedidos, foram feitas várias solicitações verbais das quais nunca foram atendidas. De modo que a reunião só aconteceu em junho de 2019, 19 meses depois da primeira solicitação, depois que as lideranças recorreram às redes sociais. (Em anexo, último ofício que a comunidade enviou à Secretaria de Saúde com todo o histórico das solicitações para audiência).

3.5 Renda e políticas públicas

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social cumpre com uma função importante, não só em Baturité mais em todo o território nacional. Responsável por fazer as demandas do levantamento socioeconômico das famílias e detectar as mais carentes, cadastrando-as em programas sociais de distribuição de transferência de renda. Além disso, auxilia outras secretarias em ações pontuais, de médio e longo prazo, para o desenvolvimento de políticas públicas e ações sociais. Assim, a secretaria precisa desenvolver uma função de integração múltipla junto a outros órgãos e secretarias para que as suas demandas beneficiem, de fato, aqueles que precisam.

No Evaristo, mais de 90% das famílias recebem recursos do programa *Bolsa Família*

³⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/resultados/>>. Acesso em: ago./2019.

do Governo Federal, uma renda que varia de R\$ 100,00 a 200,00 mensais. Outra parte da renda vem da Agricultura e Agropecuária de subsistência – sendo produzido banana, milho, fava, mandioca, criação de galinhas e porcos. São dessas atividades que saem a renda que eles conseguem tirar da comunidade. Outros recursos vêm de fora, como explicamos no Capítulo II.

Os outros 10% da comunidade com renda mensal igual ou superior a um salário mínimo, que não precisam sair da localidade para complementar a renda, são aposentados, nove servidores públicos que vivem na comunidade — dentre eles quatro professores com renda superior a três salários mínimos —, além de um grupo muito restrito de quatro famílias proprietárias da maior parte das terras agricultáveis e responsáveis pelos quase 900 milheiros de banana prata produzidos semanalmente e vendidas na CEASA de Fortaleza. Este grupo provavelmente conta com a maior renda que alguém ganha na comunidade. Com essas informações, visualiza-se que ainda há muito o que se fazer pela comunidade, principalmente no que se refere às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento social, econômico e sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os aspectos observados durante a pesquisa desenvolvida junto à comunidade quilombola da Serra do Evaristo, fica evidente que o processo de formação da consciência tem que ser constante, interdisciplinar e focado na realidade subjetiva de cada indivíduo, para que ele possa, nos espaços individuais e coletivos, desenvolver práticas coerentes com a educação e formação promovida pelo seu ambiente de convívio.

Nessa perspectiva, o coletivo contribui para a criação de uma moral local embasada nas tradições e vivências promovidas no complexo educacional da comunidade, muito mais ampla do que os aspectos abordados nesta pesquisa. A moral construída na comunidade possui grande relevância e possibilita analisar as relações sociais e históricas que vêm se estabelecendo a partir da ação do seu complexo educacional e dos agentes externos, como agentes políticos, sociais, religiosos, sindicais e de movimentos populares classistas que fazem parte do processo de formação da consciência.

A contextualização histórica das políticas públicas que culminaram em uma legislação para as comunidades remanescentes de quilombos, e, conseqüentemente, em uma educação com um currículo educacional que atenda a essas comunidades, ainda é um desafio no Brasil, considerando a sua função social, fundamentos, limites e desafios para a formação humana, principalmente no atual contexto histórico que vivemos em nosso país.

A pesquisa revelou que ações desenvolvidas no âmbito da educação e formação da consciência na comunidade não atingem a todos, pois se percebe nas práticas comunitárias que as representantes mais engajadas nas tarefas e no convívio coletivo são aquelas com o poder aquisitivo menor. Os que detém o poder econômico na comunidade não se adequam ao coletivo e, conseqüentemente, degradam a serra com retirada de recursos naturais do ambiente, apesar de estarem em um espaço limitado de recursos naturais, principalmente, de água. É visível a devastação da mata nativa para a produção de banana. As famílias produtoras incluem pessoas que não são nativas da comunidade, sendo contrárias à territorialização da área.

Nesse âmbito, fica evidente que o processo iniciado pelo INCRA na comunidade e não concluído de maneira rápida, fez com que o conflito envolvendo o território e as famílias residentes nessa área se tonassem desgastante, ocasionando brigas e ameaças veladas por parte dos maiores proprietários que questionam o direito ao território. Outro ponto relevante é a relação não esclarecida entre o INCRA e a comunidade no processo de demarcação do território, uma vez que a comunidade acredita que o INCRA deve garantir a segurança das

famílias nativas através da demarcação da terra e que passado todo esse tempo a insegurança ainda reina.

No que se refere à devastação ambiental, poderia ser menor se os órgãos ambientais estaduais ou municipais acompanhassem a comunidade, ou pelo menos fizessem visitas com frequência para inibir o desmatamento. No entanto, os moradores destacam que não lembram a última vez que alguém da Secretaria Municipal de Agricultura esteve na comunidade ou qualquer outro órgão. Diante do exposto, neste trabalho compreendo que a degradação ambiental só será contida com a demarcação das terras e uma atuação maior dos governos nas suas três esferas, municipal, estadual e federal.

A ausência do poder público passa despercebida, muitas vezes, devido às ações das ONGs que mantêm uma boa relação com a comunidade e excelente trabalho nas prestações de conta. Tendo em vista que sempre conseguem projetos com pequenos recursos para investirem na comunidade, suprindo, assim, as necessidades dos moradores. Para citar um exemplo, temos as cisternas que atendem todas as casas da comunidade e que foram conseguidas com recursos de entidades não governamentais, em que cada família participou com uma contrapartida de 2% do valor da cisterna. Além de atitudes como essa, conseguem recursos para atividades de empreendedorismo, cursos, atividades culturais e educacionais para atender principalmente os jovens.

O tempo dedicado na realização desta pesquisa proporcionou o contato direto com a realidade investigada, o que me possibilitou conhecer as trajetórias históricas e as trocas de experiências e conhecimentos adquiridas nesse processo. A solução para os problemas da comunidade não é simples, visto que parte de um processo histórico nunca enfrentado com seriedade pela sociedade brasileira. A atuação do Estado em relação ao povo quilombola e negro não pode se resumir a políticas de cotas raciais, é preciso mais que isso, é preciso políticas públicas que valorizem homens e mulheres negras e que respeitem suas histórias.

Para piorar a situação, é visível a preocupação da comunidade com a situação política de insegurança instalada desde o dia 1º de janeiro de 2019, com a posse do presidente eleito no pleito eleitoral de outubro de 2018. O medo dos quilombolas é de que o presidente ponha em prática as propostas divulgadas para comunidades quilombolas durante o período eleitoral, uma vez que a maioria das propostas rompem com o vínculo territorial e com as relações desenvolvidas dentro do território. Essa e outras políticas publicizadas por esse governo para as comunidades quilombolas representam um recuo histórico.

Diante do exposto, esta pesquisa possibilita uma maior visibilidade para a realidade da comunidade quilombola da Serra do Evaristo, pontuando elementos chaves, como problemas de demarcação de território, ambientais e sociais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.

_____. **Aparelhos ideológicos de estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011. ISSN 1983-2859. Disponível em: <<http://www.dhi.ue>>. Acesso em: 21 jun./de 2018.

BRASIL. Código Florestal Brasileiro. **Lei nº 4771**, DF: Congresso Federal, 1965.

_____. Política Nacional do Meio Ambiente. **Lei n.º 6.938** de 31 de agosto de 1981.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988

_____. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD. Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____. Política Nacional de Educação ambiental. **Lei n. 9597** de 27 de abril de 1999.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Resolução CNE/CP 1/2002.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>>. Acesso em: fev./2012.

_____. A INICIATIVA DA CARTA DA TERRA. Disponível em: <http://www6.cartadaterrabrasil.org/?s_token=1571194082.0033413764&kw=Sustainable+Living&term=Sustainable%20Living%20E-Learning%20Platform&term=Waste%20Disposal%20And%20Recycling&term=Sustainable%20Living%20Products&backfill=0&tdfs=1>. Acesso em: ago./2019.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. In: Brasil. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 424-495.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 40ª reimpressão - São Paulo. Editora Brasiliense, (Coleção primeiros passos) 2001.

DUARTE, R. A. P. **Marx e a Natureza e 'O Capital'**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

FERREIRA, J. A. **O eterno ausente: estudo com migrantes sazonais**. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, 1992.

FIABANI, A. **Os Novos Quilombos: Luta Pelas Terras e Afirmação Étnica no Brasil (1988-2008)**. Tese de Doutorado. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa/ Paulo Freire: Paz e Terra, 1996.**

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 6ª ed. (1ª edição: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREITA, G. B. **Escola, Estado e Sociedade**. 4.ª ed. São Paulo: Moraes, p.142, 1980.

_____. **Sociedade sem escolas**. 7.ª ed. Petrópolis: Vozes, p.186. 1985.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMES, Carlos Minayo. Carlos *et al.* Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, p. 13-26, 1989.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In. FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição á década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. (Org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 10.ª. Ed. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes, 2008.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia crítica: alternativas de mudanças**. 16.ª Ed. Porto Alegre: edições Mundo Jovem, 1986.

GUSDORF, G. P. In: JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade**. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Ed. Especial. São Paulo, p. 175-183, 1999.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx** /Sérgio Lessa, Ivo Tonet. 1.^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação no pensamento pedagógico brasileiro. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, G. F. C. **A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços obstáculos e contradições**. Desenvolvimento e meio ambiente. Paraná: Editora UFPR. n. 23, p. 121-132. 2011.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério de Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Edições 70. 1993.

MARX, K. Engels, F. **A ideologia alemã**. São Paulo, Grijalbo 1977.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. 2^a Ed Ampliada São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2008.

MUNANGA, K. **Origem e histórico do quilombo na África**. *Revista USP*, n. 28, p. 56-63, 1 mar. 1996.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

_____. **Meio Ambiente e representação social**. 5^aed. São Paulo, Cortez: 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8.^a Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TORES, V. L.; FERREIRA, V. F. **O que é sustentabilidade?** *Química Nova*, São Paulo. V. 33, n.1, 2010.

VEIGA, J. L. Indicadores de sustentabilidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.24, n.68, p.39-52, 2010.

WIREDU, K. **Cultural Universals and Particulars: An African Perspective**. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

ANEXO A – CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000278/2010-89 **CERTIFICA** que a **Comunidade Serra do Evaristo**, localizada no município de Baturité/CE Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.264, fl. 79, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **11 de fevereiro de 2010**.

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes de Araújo
 (Zulu Araújo)
 Presidente

SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Eley Meireles – Brasília/DF – CEP: 70070-120 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
 E-mail: dpa@palmares.gov.br Site: www.palmares.gov.br

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

ANEXO B – ESTATUTO DA COMUNIDADE KOLPING DA SERRA DO EVARISTO

ESTATUTO DA COMUNIDADE KOLPING DA SERRA DO EVARISTO

CAPITULO I - DA denominação, sede, foro, finalidade e duração

Art. 1º - A Comunidade Kolping da Serra do Evaristo é uma entidade da sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica e sem fins lucrativos, com sede e foro em Baturité, Ceará, que tem por finalidade a organização do povo da Serra do Evaristo na defesa de seus interesses, na superação da atual situação de marginalização em que vive. Para tanto, não será permitida a discriminação de sexo, cor, condição social, nacionalidade, credo religioso ou político, e será norteadada pelos princípios e ideais do seu fundador, Pe. Adolfo Kolping, os quais são seguidos pela OBRA KOLPING DO BRASIL.

Art. 2º - A Comunidade Kolping da Serra do Evaristo tem duração por tempo indeterminado.

CAPITULO II - DOS SÓCIOS

Art. 3º - O quadro de Sócios da Comunidade Kolping da Serra do Evaristo assim se classifica:

- a) EFEATIVOS- Os sócios fundadores e todos aqueles que forem admitidos posteriormente.
- b) CONTRIBUINTE- Sócios sem direito a voto, que concorrem com contribuições permanentes ou periódicas.
- c) HONORÁRIOS - Sócios sem direito a voto, que prestarem relevantes serviços à Comunidade, indicados pela Diretoria, homologados pela Assembléia.

PARAGRAFO ÚNICO- Os Sócios efetivos precisam ter pelo menos 17 anos, e seu ingresso somente se dará por aprovação da maioria dos presentes à última Assembléia de cada mês, após passar por um período de iniciação e mostre autêntico conhecimento da Obra Kolping e firme desejo de dela fazer parte.

Art. 4º - Os sócios efetivos contribuirão mensalmente com a entidade com taxa no valor fixado pela Assembléia última realizada nos meses de julho e dezembro de cada ano.

PARAGRAFO ÚNICO- Somente terão direito a voto nas Assembléias os sócios em dia com sua contribuição.

Art. 5º - SÃO DEVERES DOS SÓCIOS :

- a) Cumprir e zelar pelo cumprimento dos presentes estatutos.

b) Colaborar na expansão e aperfeiçoamento das atividades da comunidade, para consecução de seus objetivos.

Art. 6º - O Sócio deixará de fazer parte do Quadro Social quando:

- a) Assim o quiser por livre e espontânea vontade;
- b) Quando a Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, julgar incompatível o comportamento do membro, com os objetivos da Entidade, caso em que o membro terá direito a fazer sua defesa, na própria Assembléia ou por escrito.
- c) Por falecimento ou por abandono à Comunidade (viagem prolongada, simples desistência etc.)

Art. 7º - Os Sócios não respondem nem pessoal nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela a Comunidade Kolping da Serra do Evaristo.

CAPITULO III - Da administração e sua competência

Art. 8º - A Comunidade será administrada por uma Assembléia Geral, uma Diretoria e um Conselho Fiscal.

Art. 9º - A Assembléia Geral, constituída pelos sócios efetivos, reunir-se-á ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e terá seu calendário fixado na última Assembléia Anual. Extraordinariamente, a Assembléia Geral reunir-se-á sempre que a Diretoria, ou pelo menos dois terços de seus membros o requisitar, ou ainda pelos sócios, desde que apresentem requerimento assinado por um terço dos sócios em dia com suas obrigações.

PARAGRAFO ÚNICO - A convocação das Assembléias de Final de Ano (eletiva) bem como as extraordinárias, dar-se-á por Edital exposto nos pontos de comércio, capelas e escola da comunidade, pelo menos 5 dias antes de sua realização.

Art. 10º - Qualquer Assembléia somente será válida se contar com pelo menos um terço dos sócios em dia, na primeira convocação, e, não atingindo o quorum, poderá realizar-se com qualquer número de sócios, na semana seguinte, fixados novas editais, com prazo de 5 dias de antecedência.

Art. 11º - A Assembléia decidirá por maioria simples, exceto no caso previsto na letra "f" do art. 15, quando precisará de pelo menos duas terços dos votos dos presentes.

Art. 12º - A Diretoria da Comunidade compõe-se de um Presidente e um vice, um 1º e um 2º secretários, um 1º e 2º tesoureiros e um assistente eclesiástico.

Art. 13º - O mandato da Diretoria terá a duração de 01 ano, sendo permitidas reeleições.

Art. 14º- A Diretoria reunir-se-á necessariamente uma vez por mês, porém, se pelo dois terços de seus membros requisitar terá reuniões extraordinárias

Art. 15º - COMPETE À ASSEMBLÉIA GERAL

- a) Eleger o presidente da Assembléia Geral quando convocada pelo Diretor Presidente conforme art. 8º deste Estatuto, bem como eleger e dar posse aos membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- b) Examinar relatórios, aprovar no todo ou em parte os balanços e a previsão orçamentária, apresentados pela Diretoria em exercício;
- c) Discutir e fixar as atividades da Comunidade propostas pela Diretoria;
- d) Deliberar sobre a reforma dos Estatutos Sociais em qualquer tempo, mediante a presença e voto favorável de pelo menos dois terços dos sócios efetivos em dia, especialmente convocados para este fim;
- e) Autorizar a aquisição, alienação, hipoteca ou gravame, de qualquer forma, dos bens imóveis da Comunidade;
- f) Dissolver a Comunidade, desde que especialmente convocada para esse fim, mediante a presença e voto favorável de pelo menos, dois terços dos sócios efetivos em dia;
- g) Eliminar ou excluir sócios efetivos que cometerem falta grave, contra a comunidade;
- h) Destituir, a seu critério, diretores que não comparecerem por três reuniões consecutivas ou seis intercaladas, sem justificativas.

Art. 16º - COMPETE À DIRETORIA:

- a) Administrar a Comunidade;
- b) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos Sociais;
- c) Propor à Assembléia, em qualquer tempo, a reforma dos Estatutos;
- d) Decidir, em casos omissos nestes Estatutos, "ad referendum" da primeira Assembléia Geral superviniente;
- e) Programar e fazer cumprir as atividades relacionadas com o cumprimento das finalidades da Comunidade;
- f) Apresentar à Assembléia Geral, no final de cada ano, relatório das atividades e balanço, após o visto do Conselho Fiscal;
- g) Elaborar a previsão orçamentária de cada exercício e apresentá-la à Assembléia Geral;
- h) Autorizar despesas;
- i) Nomear ou contratar funcionários e fixar suas atribuições e vencimentos;

j) Adquirir, vender, hipotecar ou gravar ônus de qualquer forma, os bens imóveis da Comunidade, desde que expressamente autorizada pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - A alienação de bens imóveis da Comunidade Kolping da Serra do Evaristo somente se dará por prévia autorização da Obra Kolping do Brasil.

Art. 17º - COMPETE AO PRESIDENTE:

- a) Convocar e presidir à Assembléia Geral;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c) Representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a Comunidade, em suas relações com terceiros;
- d) Gerir a administração ordinária;
- e) Assinar o movimento financeiro e bancário, juntamente com o tesoureiro;
- f) Constituir procuradores, mandatários e advogados da Comunidade;

Art. 18º - COMPETE AO PRIMEIRO SECRETÁRIO :

- a) Elaborar e registrar as atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;
- b) Manter em ordem os livros, registros e arquivos da Comunidade;

Art. 19º - COMPETE AO TESOUREIRO:

- a) Manter atualizado e em ordem o livro-caixa e a contabilidade da Comunidade;
- b) Elaborar os balanços e balancetes, apresentá-los ao Conselho Fiscal, e em seguida à Diretoria;
- c) Elaborar a previsão orçamentária de cada exercício e apresentá-la à Diretoria;
- d) Assinar o movimento financeiro e bancário, juntamente com o Presidente;

Art. 20º - COMPETE AO VICE-PRESIDENTE, 2º TESOUREIRO e 2º SECRETARIO, substituir os titulares respectivos em seus impedimentos bem como auxiliá-los em suas tarefas.

Art. 21º - COMPETE AO ASSISTENTE ECLESIASTICO:

- a) Dar assistência moral, espiritual e religiosa aos sócios da Comunidade;
- b) Despertar e incentivar os ideais da Comunidade Kolping.

Art. 22º - AO CONSELHO FISCAL, composto de 03 membros efetivos, eleitos juntamente com a Diretoria, para igual mandato, compete fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e emitir parecer sobre o balanço e a prestação de contas da Diretoria, referentes ao ano anterior e apresentá-lo à Assembléia Geral;

PARÁGRAFO ÚNICO. O Conselho Fiscal reunir-se-á de 6 em 6 meses e extraordinariamente por convocação da Diretoria, ou por solicitação de dois terços de seus membros ou ainda por dois terços dos sócios efetivos no dia;

CAPITULO IV - DO PATRIMÔNIO E DAS RENDAS;

Art. 23º - O patrimônio da Comunidade será constituido pelos valores consignados em sua escrituração.

Art. 24º - O eventual "superevit" de cada exercício será aplicado na expansão e melhoria de suas atividades sociais.

Art. 25º - É vedado remuneração, sob qualquer forma ou título, dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, pelo exercício do seu mandato, bem como distribuição de lucros, dividendos, bonificações ou outras vantagens aos sócios da Comunidade, nos termos da legislação em vigor.

Art. 26º - Anualmente, na última Assembléia, será apresentado pela Diretoria à Assembléia Geral um balanço do exercício, com demonstração de receitas e despesas, assinado por Contador Técnico, bem como a previsão orçamentária para o exercício seguinte.

Art. 27º - Extinta a Comunidade, nos termos dos presentes Estatutos seu patrimônio social líquido, respeitadas as doações condicionadas a ela feitas, será destinado à OBRA KOLPING REGIONAL DO CERRÁ, ou, na sua eventual inexistência à época, a uma entidade congênere, com personalidade jurídica, conforme deliberação da Assembléia Geral de Dissolução da Entidade.

Baturité, Ce, 07 de junho de 1989

Jose da Silva Soares

Jose da Silva Soares-Presidente.

Maria Aurencia de Castro

Maria Aurencia de Castro-Secretaria

2º CARTÃO
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Prot. 398 P.S. 04 1/A-2
Reg. 41 Fls. 200/201 IV. A. N.º 1

JOAO BAISTA FURTADO
Tabuleiro, Escrivão e
Of. do Registro Civil

ANEXO C – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO, COM PROCESSO NO INCRA E PENDÊNCIA DE RTID



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA SERRA DO EVARISTO, COM PROCESSO NO INCRA E PENDÊNCIA DE RTID

INTRODUÇÃO

No período de 10 a 13 de março de 2015, uma equipe técnica do INCRA/CE composta pelos servidores: José da Guia Marques (Antropólogo e Coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da SR-02), José Otacilio de Assis Junior (Engenheiro Agrônomo) e Sidney de Oliveira (Engenheiro Cartógrafo e Chefe Substituto da SR-02/F), fez uma visita à comunidade Quilombola Kolping da Serra do Evaristo, localizada no município de Baturité/CE, que tem processo aberto na Superintendência Regional do INCRA no Ceará, com pendência de RTID.

Os objetivos da visita a essa comunidade foram: 1) Fazer uma sondagem e um diagnóstico da situação atual da comunidade, com relação ao nível de organização e de compreensão do processo de regularização fundiária das terras quilombolas; 2) Colher da comunidade uma deliberação em relação à proposta do INCRA de iniciar o trabalho de pesquisa de campo no ano de 2015 para a produção do RTID da comunidade.

1. COMUNIDADE QUILOMBOLA KOLPING DA SERRA DO EVARISTO

No dia 11 de março, às 8:00 horas, a equipe visitou a Comunidade Quilombola Kolping da Serra do Evaristo, localizada no município de Baturité/CE, onde fez contatos com lideranças locais e procedeu ao levantamento de coordenadas geográficas, para identificação dos limites do território quilombola pleiteado pela comunidade, visando a elaboração de um croqui preliminar do território.

No mesmo dia, no horário das 14:00 horas, no Ponto de Cultura, fez-se uma reunião com a diretoria da Comunidade Quilombola Kolping da Serra do Evaristo. Além dos membros da diretoria e dos representantes do INCRA, também estiveram presentes à reunião três representantes da Comunidade Carões e Castelo, que é uma comunidade negra vizinha à comunidade da Serra do Evaristo, cujos representantes compareceram para se informar sobre os procedimentos do INCRA.

Depois da abertura da reunião pelo presidente da comunidade, Sr. José Edmar, e após a apresentação dos presentes e dos visitantes, seguiu-se uma fala do Chefe Substituto da Divisão de Ordenamento Fundiário do INCRA/CE, Sr. Sidney de Oliveira, que falou dos objetivos da visita dos técnicos do INCRA à comunidade e solicitou que o antropólogo José da Guia Marques fizesse um esclarecimento aos presentes sobre os conceitos de “Identidade Quilombola” e “Território Quilombola”. Dados os esclarecimentos solicitados, o antropólogo José da Guia Marques fez uma exposição sobre os procedimentos de identificação, delimitação e demarcação do território quilombola, que competem ao INCRA. Falou também sobre a legislação quilombola e sobre as vantagens e os desdobramentos do trabalho de regularização das terras de ocupação tradicional quilombola. Em seguida, foi complementado pelo engenheiro agrônomo do INCRA, Sr. Otacilio Junior, que falou dos procedimentos de vistoria, avaliação e indenização dos imóveis privados, inseridos no perímetro do território quilombola. Após os esclarecimentos das dúvidas dos presentes, a reunião foi encerrada, havendo a diretoria assumido o compromisso de mobilizar toda a comunidade para a Assembléia Geral Extraordinária, marcada para ser realizada no dia seguinte, no horário das 14:00 horas, na igreja católica da comunidade.

No dia 12 de março, as 14:00 horas, no interior da igreja católica local, a comunidade reuniu-se em Assembléia Geral Extraordinária, com o objetivo de ouvir os representantes do INCRA e debater com os mesmos sobre os procedimentos de regularização das terras de ocupação tradicional das famílias quilombolas da Serra do Evaristo. A assembléia foi aberta pelo presidente da comunidade, Sr. José Airton, que falou dos objetivos da reunião e apresentou a equipe técnica do INCRA, composta pelos servidores José da Guia Marques (Antropólogo e Coordenador do Serviço

Recebi em:
18/03/2015
Nathalia



de Regularização de Territórios Quilombolas da SR-02), José Otacílio de Assis Junior (Engenheiro Agrônomo) e Sidney de Oliveira (Engenheiro Cartógrafo e Chefe Substituto da SR-02/F). Em seguida, o presidente passou a palavra ao antropólogo e coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/CE, Sr. José da Guia, que fez uma exposição sobre os conceitos de "Identidade Quilombola" e "Território Quilombola", utilizando como recursos didáticos dois pequenos vídeos documentários sobre as referidas temáticas e alguns slides, visualizados através de equipamento data-show.

Depois de esclarecer as dúvidas levantadas pelos participantes da reunião, o Coordenador do Serviço Quilombola da SR-02 solicitou que a comunidade se manifestasse sobre a possibilidade do INCRA iniciar em 2015 o trabalho de pesquisa de campo para produção do RTID e para titulação do Território Quilombola da Comunidade Serra do Evaristo. O Chefe Substituto da SR-02/F questionou se a comunidade sentia-se suficientemente esclarecida sobre os conceitos e os objetivos dessa política pública e se estava preparada para enfrentar os desdobramentos do trabalho do INCRA e as possíveis pressões que poderiam advir dos proprietários de terra que terão seus imóveis desapropriados e indenizados pelo governo federal.

Como só estavam presentes na assembléia 24 representantes das famílias quilombolas e, considerando o fato de alguns presentes questionarem a ausência dos representantes das demais famílias (a comunidade tem cerca de 100 famílias quilombolas) e proporem o adiamento da decisão, o representante do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/CE, Sr. José da Guia, propôs que antes de se deliberar sobre a aceitação do início do trabalho do INCRA na comunidade no ano de 2015 para produção do RTID, que se votasse sobre o adiamento ou não da referida deliberação. Seguiram-se algumas discussões após os encaminhamentos do Coordenador e chegou-se a conclusão de que não se deveria adiar a decisão sobre o início do trabalho do INCRA em 2015. A assembléia votou, apurando-se 14 votos contra o adiamento e 10 votos a favor de se adiar a deliberação para outra data em que possa estar presente um número maior de famílias quilombolas.

Em seguida, o representante do INCRA reapresentou a proposta de se iniciar em 2015 o trabalho de pesquisa de campo para produção do RTID do Território Quilombola da Comunidade Serra do Evaristo, solicitando que os representantes da comunidade votassem, deliberando sobre a questão em pauta. Após alguns questionamentos e esclarecimentos, a comunidade votou levantando as mãos, sendo apurados 14 votos a favor do início do trabalho do INCRA em 2015 e 10 votos contra a proposta apresentada. As deliberações foram registradas em Ata da referida assembléia geral (ata anexa).

CONCLUSÃO

A equipe técnica do INCRA constatou que a comunidade encontra-se relativamente esclarecida sobre o Programa Brasil Quilombola, porém, um tanto desmobilizada e desorganizada, com liderança frágil e insegura diante dos desafios da regularização fundiária das terras quilombolas. O presidente da comunidade chegou a votar contra o início do trabalho do INCRA em 2015 para reconhecimento e demarcação do território quilombola da Serra do Evaristo, alegando a pouca participação das famílias nas decisões das assembléias da comunidade. Constatou-se, por outro lado, que algumas pessoas tem uma boa noção dos limites do território de ocupação tradicional da comunidade, mas há outras que questionam esses limites e defendem a manutenção da área tal como está, sendo contra a idéia de um território coletivo.

Outro problema constatado foi a existência de uma propriedade privada, localizado no centro do território pleiteado, em que uma família branca de fora comprou há cerca de 20 anos uma faixa de terra das famílias quilombolas e construiu benfeitorias de valor, a exemplo de casa com piscina. Ao longo do tempo alguns descendentes dessa família se casaram com pessoas quilombolas e passaram a fazer parte da comunidade. Porém, os mais velhos não aceitam a idéia do território



coletivo nem de se integrarem à comunidade, por isso reivindicam que sua área fique excluída do território quilombola a ser delimitado e demarcado pelo INCRA. A comunidade, por sua vez, não tem uma posição clara e bem definida sobre isso, constituindo em mais um desafio a ser encarado durante o trabalho de regularização do Território Quilombola da Serra do Evaristo.

Fortaleza, 18 de março de 2015.



José da Guia Marques

Coord. do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas
INCRA – SR-02/F4




José Otacilio de Assis Junior

Engenheiro Agrônomo



Sidney de Oliveira

Engenheiro Cartógrafo e Chefe Substituto da SR-02/F



ANEXO D - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

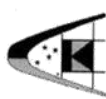
17 31
ATA da Assembleia geral extraordinária da comunidade Kelping, da Serra do Guaristo.
Nos doze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze horas, reuniram-se na comunidade Kelping da Serra do Guaristo, situada na localidade de mesmo nome, no município de Baturité-CE, em Assembleia Geral Extraordinária, os moradores da comunidade que se identificam como quilombolas, com o objetivo de discutir e deliberar sobre o real interesse da comunidade na regularização fundiária das terras de ocupação tradicional. A assembleia foi aberta pelo Sr. José Edmar da Silva, presidente da comunidade, que falou do objetivo da reunião e apresentou a equipe técnica do INCRA, composta pelo antropólogo José da Guia Marques (Coordenador do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-CE), pelo agrônomo José Otávio Júnior e pelo engenheiro cartógrafo Sidney de Oliveira (Chefe Substituto da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, do INCRA/CE). Em seguida, o presidente da comunidade passou a palavra ao antropólogo José da Guia Marques que, após saudar a comunidade, informou sobre os procedimentos de regularização de territórios quilombolas e sobre a legislação específica, sendo complementado pelo agrônomo José Otávio Júnior e pelo engenheiro cartógrafo Sidney de Oliveira. Informou o antropólogo que, segundo o Decreto 4.887/2003, o território quilombola a ser demarcado e titulado pelo INCRA é de natureza coletiva e tem cláusulas de inalienabilidade, indisponibilidade e impenhorabilidade, ou seja, o título sairá em nome da associação da co-

GRAFSET

comunidade, que promoverá o território em benefício
 de todas as famílias quilombolas. Informou també-
 m que os imóveis privados que, latuam in situ,
 no perímetro do território quilombola, não deverão
 ser alienados, desapropriados e indenizados a
 lei INCEA, tanto a terra, mas como os benfiteiros
 a lei. Após a exposição e após analisar to-
 das as dúvidas das famílias presentes, o represen-
 tante do INCEA pediu que a comunidade se man-
 testasse sobre a proposta do INCEA de iniciar
 em maio de 2015 o trabalho de pesquisa antropoló-
 gica e de delimitação do território quilombola
 situado pela comunidade Kelpira da Serra de
 Encosta. Ressaltou que antes de tomar a decisão
 a comunidade deve avaliar se está preparada para
 enfrentar os pressões dos proprietários de imóveis
 privados que possuem estas propriedades no períme-
 tro do território quilombola. Após alguns questiona-
 mentos e esclarecimentos, a comunidade aprovou o
 regime de votação e aprovou por maioria simples
 a proposta apresentada pelo representante do INCEA.
 Após mais algumas questões, a Assembleia foi encer-
 rada e, para registrar o ocorrido, eu, Maria Paula
 da Costa Soares, Secretária, lavrei a presente ata, que
 após ser lida e aprovada, será assinada por todos
 os presentes. Comunidade Kelpira da Serra de En-
 costa, Município de Betânia - CE, 12 de março de 2015.
 Maria Paula da Costa Soares, Secretária, Kelpira da Serra
 de Encosta, Betânia - CE.
 Assinatura: Maria Paula da Costa Soares, Secretária
 Assinatura: José Roberto da Silva, Presidente
 Assinatura: João Pedro de Castro, Presidente
 Assinatura: João Pedro de Castro, Presidente

ANEXO E – DELIMITAÇÃO DAS TERRAS DO QUILOMBO

SISDOC SR(2)CE. 125/2014-15



COMUNIDADE KOLPING DA SERRA DO EVARISTO
 Comunidade Quilombola evaristoquilombola@gmail.com
 BATURITÉ-CE CEP 62.760-000 CNPJ No34.985.952/0001-23



Of.No 01/2014

Ilmo Sr Roberto Gomes
 DD Superintendente do INCRA/CE

É o presente para oficializar ao INCRA/CE nosso desejo de fazer valer o direito que a Constituição Federal de 1988, em seu art 68 das Disposições Transitórias preceitua, no que se refere a delimitação das terras dos quilombolas de nossa Comunidade.

Queremos ressaltar conforme ficou esclarecido na visita que fizemos ao Gabinete de Vossa Senhoria segunda-feira, dia 20 de janeiro próximo passado, temos uma reflexão acumulada em nossa Comunidade sobre essa temática e temos um consenso em torno da seguinte questão: queremos uma demarcação que garanta aos atuais moradores do Quilombo, o direito de optarem por permanecer na sua terra, inclusive na condição de proprietário, caso não desejem se integrar à nova dinâmica de uma terra coletiva que será a Comunidade Quilombola após as demarcações e os atos governamentais que a sucedem.

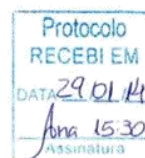
Esse encaminhamento permitirá o nosso objetivo maior: a preservação do Quilombo, sua história e identidade, convivendo simultaneamente com as famílias que ao longo dos anos, por processos distintos adquiriram pequenos títulos de propriedade dentro da área quilombola, casaram-se com jovens nativos e que estão plenamente integrados na Comunidade.

A nossa Associação, que tem 24 anos de legalmente constituída tem por prioridade contribuir para que essa ação governamental seja implementada colocando-se a inteira disposição para contribuir para que alcance seus objetivos dentro do menor prazo de tempo possível.

Baturité, 26 de janeiro de 2014

Luiz de Freitas Marques
Luiz de Freitas Marques

-Pres. Com Kolping Serra do Evaristo-



ANEXO F – ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE KOLPING
DA SERRA DO EVARISTO

2

Ata da Assembleia de fundação da Comunidade Kolping da Serra do Evaristo.

Ao vigésimo segundo dia do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e nove, às 18:00 hs, na Serra do Evaristo, localizada no município de Baturité, estado do Ceará, com a presença de quarenta e dois sócios conforme assinaturas no livro próprio de presenças, foi instalada a assembleia de fundação da Comunidade Kolping da Serra do Evaristo. Foi eleito para presidir os trabalhos a coordenadora da Obra Kolping Regional do Ceará e para secretariar Ana Cláudia Lima de Brito. A assembleia teve início com uma celebração Eucarística, que foi presidida pelo Pe. Antonio Hondurilla Salto. Durante a homilia o Padre enfocou a importância do trabalho comunitário para a organização e melhoria de vida do povo. Após a celebração o presidente da assembleia leu para os presentes a pauta dos trabalhos que constou dos seguintes pontos: aprovação dos Estatutos da Comunidade; eleição da Diretoria e Fundação Oficial da Comunidade Kolping da Serra do Evaristo. Encerrada a leitura da Pauta foi feita uma apresentação dos participantes da Comunidade e dos membros convidados. Em seguida a coordenadora Regional falou para os presentes sobre os objetivos da Obra Kolping, suas áreas de atuação e do bem de uma Comunidade Kolping, que consiste: " Tornar o Homem um cristão autêntico, um Pai de Família responsável, um trabalhador competente e um cidadão

consciente". Depois da palavra da coordenadora os trabalhos foram reiniciados, com a leitura dos Estatutos da Comunidade. Todos os artigos foram aprovados, uma vez que, já haviam sido discutidos anteriormente. Depois da leitura e aprovação dos Estatutos foi realizado a eleição da diretoria e do conselho fiscal. Foi lida a lista dos candidatos com os respectivos cargos, a eleição foi feita por aclamação e cargos, ficou assim constituída a diretoria da comunidade Kolping da Serra do Esaristo eleita para um mandato de dois anos:

1º Presidente: José da Silva Soares, 2º RAIMUNDO MIGUEL de B

2º Tesoureiro: Antonio Audemir de C. 2º M^{te} de Fátima de Brito

1º Secretário: M^{te} Auremice de C. 2º José Lucas de Brito

Conselho Fiscal:

José Marcos da S., José Edmar da S., M^{te} José de Castro

Assistente Eclesiástico:

Pe. Antônio

Em seguida a diretoria eleita foi chamada para compor a mesa e dirigir a palavra aos associados. O primeiro a falar foi o presidente Sr. José da Silva Soares. O mesmo falou para os participantes que assumir um cargo de diretoria era um grande desafio, entretanto estava disposto a colaborar para o fortalecimento da comunidade comunitária. Também outros membros expressaram seus compromissos de atuar com seriedade e responsabilidade. Em seguida foi realizada a solenidade de fundação da t

denadora Regional convidou a Sr. Brizio Macário, membro da Comunidade Kolping da Boa Vista, para entregar a Bandeira da Comunidade Kolping. Em seguida convidou o jovem João Batista Lima para entregar o Diploma. Encerrada a entrega dos símbolos o Presidente da Comunidade apresentou para os participantes a programação para o ano de 1990. A programação enfatizou muito a necessidade de se investir na área de formação social, religiosa-política e econômica. Também foi apresentada como destaque de programação para 90 alguns projetos na área de Agricultura. Depois da leitura da programação a palavra foi facultada aos convidados e representantes de outras comunidades. Inicialmente falou o jovem João Batista, um grande colaborador e incentivador do trabalho da Comunidade Kolping da Serra do Esaristo. O mesmo frisou a importância e a necessidade da Comunidade continuar unida. E frisou que o esforço de todos é a base de sustentação da Comunidade e que a Comunidade deverá buscar todos os meios possíveis para concretizar seus objetivos. Também membros de outras comunidades falaram, elogiando e parabenizando o trabalho desenvolvido pelo povo do Esaristo. Terminada a fala dos convidados, a coordenadora agradeceu aos presentes e o presidente da Comunidade Kolping da Serra do Esaristo convidou a todos participantes para uma refeição comunitária, e nada mais havendo para relatar, eu Ana Cláudia Lima de Assis laurei a presente ata que vai devidamente assinada por quem de direito.

Presidente: JOSÉ DE SILVA SOARES

Tesoureiro: ANTONIO ALDEMIN DE CASTRO

Secretário: MARIA AURENICE DE CASTRO

2º CARTÓRIO
REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS
Prot. 398 Fls. 04 Liv. 11-6
Reg. 41 Fls. 200 Liv. 11-6
Aveb. xx Fls. xx Liv. xx
MATRÍCULA (CE) 10 de 19 96

[Assinatura]
Ana Maria Gomes Oliveira
Secretária Compromissada

Assembleia da comunidade KALPINE Serra de Evaristo.

AO primeiro Domingo do mês de Janeiro de mil e novecentos e noventa e dois 1992, as 10 horas no grupo escolar da S. de Evaristo foi realizada a Assembleia da comunidade esteve presente 21 sócios a Assembleia 29 sócio da KALPINE com forma e lista de presença da assinatura:

O terourenco: JOSÉ SÁBIO DA SILVA iniciou com uma oração do pai nome ficando de pé e ao término com uma a virmania. A pois a oração. A presidente ma au nio de castro deu o andamento, Abindo esposo para ser Secretário ler ata, da Assembleia última do mês de Janeiro de noventa e dois 92 depois de lida ^{seu} e assinada, A presidente deu um completo sobre a ata que não tinha constatado o A-nto do fim da reunião, que seria. A sócia FRANCISCA HELENA de castro que esteve ausente por alguns dias por motivo de Ingravidez. A término deste completo, A presidente deu a palavra para o delegado do Sindicato. O mesmo repara os assuntos que foram na Assembleia do Sindicato que foi realizado no dia 29 de Dezembro 91 E que teve como pauta a mensalidade do Sindicato, como ~~está~~ subindo e por que esta para subir! Dezembro última Assembleia ou reuni para conversas sobre o aumento que por si dos estatutos seria 1% sobre o salário mas como o trabalhador não gosta, decidiu-se que seria levado, esta proposta para as delegacia da Evaristo, S. Verde, Corrente, deixa que o trabalhador de sua opinião. **COMEÇOU** a seguir

1

Assembleia de fundação da Comunidade
Kolping do Sopro do Evaristo

1. Antonio Aldemir de Castro
2. Marshall Mendes de Castro
3. Maria Naide de Lima Castro x
4. Francisca Eudes de Brito
5. Ana Cláudia Lima de Diniz
6. Maria José de Castro x
7. Antonia Zenir de Castro
8. João Melo Juliano
9. Francisca Lucia de Castro
10. Alaide de Castro
11. José da Silva Soares
12. Antonia James das Santos
13. Andrelina de Brito Soares
14. Maria Audeir de Brito
15. Raimundo Soares do Nascimento
16. Maria de Castro do Nascimento x
17. Antonio da Sampaio
18. Antonia Sirene da Silva
19. José Euclides Peneires
20. João Mendes de Castro
21. Raimundo Renato de Brito
22. João Marques da Silva
23. José Augustinho de Brito
24. Luiz de Freitas Marques
25. Emanuel Cordeiro de Freitas x
26. Francisco Grande Sombra
27. Manuel Marques da Silva
28. Antonio Evandro de Freitas Silva
29. Gezanio Mendes de Castro
30. Raimundo Bento da Silva
31. Francisco Manoel Fernandes

32. mamull Gomes - dl. dl. Paula

33. Maria Lucas de Brito

34. Jose Edmar da Silva

35. Raimundo miguel de Brito

36. Francisco marcos da Silva

38. Jose Marcos Fernandes

33. Franeisea Soares da Silva

40. mamull marques fernandes x

41. maria antonieta lima

42. Jose Lucas de Brito

43. Patima de Brito Silva

44. x Francisco Venancio da Costa

45. Paulo Juliano de Freitas

46. maria de soborro fernandes

47.

48.

49.

50.

51.

52.

53.

54.

55.

56.

57.

58.

59.

60.

ANEXO G – IMAGEM DO ARQUIVO DA COMUNIDADE: SALA DE EXPOSIÇÃO DO MUSEU



ANEXO H – IMAGEM DO ARQUIVO DA COMUNIDADE: DANÇA DE SÃO GONÇALO



ANEXO I - OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO COM SECRETARIA DE SAÚDE



COMUNIDADE KOLPING DA SERRA DO EVARISTO
BATURITÉ - CEARÁ CEP: 62.760-000
CNPJ: N° 34.985.952/0001-23

Cert. como Quilombola pela Fundação Palmares: Livro de Cadastro Geral No 12, fl.79 Reg No.1. 264

Ofício nº 013/2019

Baturité –CE, 22 de maio de 2019.

Ilma. Senhora Cláudia Ricarte

DD Secretária de Saúde de Baturité.

*Proibido
 em: 23.05.19
 Juana Karl*

Considerando

I. Ofício nº 017 de 18 de dezembro de 2017 cujo assunto foi solicitação de uma reunião com a secretária de saúde na Comunidade Quilombola Serra do Evaristo para discussão sobre atendimento da saúde na comunidade;

II. Ofício nº 011 de 18 de julho de 2018 reiterando convite a secretária de saúde de Baturité para realizar reunião na Comunidade Quilombola Serra do Evaristo, objetivando dialogar sobre atendimento da saúde aos moradores dessa localidade;

III. Considerando ainda solicitação verbal á gestão municipal de Baturité, durante reunião com a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, para agendamento de reunião com a secretária de saúde em nossa comunidade.

Fazemos uso desse instrumento para renovar tal solicitação e, ao mesmo tempo, manifestar repúdio pelo não atendimento ao nosso pleito. Lembrando que temos discutido e pautado com a gestão municipal as demandas que surgem do coletivo da comunidade sempre na busca de manter o diálogo institucional.

Sendo o que se apresenta reiteramos votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Direção da CK Serra do Evaristo.

José Edmar da Silva
 Solange Maria Soares Freitas
 Evandro Clementino Figueira
 Francisco Wilson dos Santos Silva
 Maria Luíza Costa Soares
 Antonio Alcemir de Castro
 Maria do Graço Fernandes Castro
 Alfredo Rafael de Castro
 Maria Vanuza Castro Soares
 Mãe da Conceição da S.ª Ferreira
 ANTONIO DOS SANTOS SILVA
 FRANCISCO MARCAS FERNANDES
 JOELSON BRITO FERNANDES
 Valdeci Brito Fernandes
 Antonio Evandro de Freitas Silva
 Maria das Graças da Silva Freitas
 F.º Renato da Silva Soares